

# BRASIL AGORA

ANO II Nº 44 02 A 15 DE AGOSTO DE 1993 CR\$ 85.000,00

*Itamar patina  
e balança  
como bêbado*  
**PÁGINAS 4 E 5**

*Paim contra  
a demagogia  
patronal  
de FHC*  
**PÁGINA 6**

*Requião reage  
à cassação e  
ataca  
Judiciário*  
**PÁGINA 7**

*A chacina da  
Candelária  
não é novidade  
no Rio*  
**PÁGINA 10**



*Agora há provas do esquema  
ilegal de financiamento das  
campanhas de Maluf. Fiscais  
da Receita Federal flagraram  
o seu "caixa 2" na empresa  
Pau Brasil. Caiu o mito do  
malandro competente. Mas  
Maluf não perdeu a pose  
nem a cara de pau. Em vez  
de explicar as acusações, ele  
tenta embaralhar as cartas e  
ataca o PT e a CUT.*

**PÁGINAS 8 E 9**

# PEGARAM MALUF!





# DIÁLOGO

NADA A DECLARAR. DROUPA SUJA SE LAVA EM CASA.



## SOLO URBANO

Se o Partido dos Trabalhadores pretende estar ao lado da classe mais desprovida, é importante não esquecer o que esta classe está fazendo, reivindicando e conquistando para ter o direito à cidadania. E nesse sentido quero falar sobre a Reforma Urbana. Hoje no Brasil temos um déficit habitacional de 12 milhões de moradias; a maioria dos municípios não possui uma política de desenvolvimento urbano nem planos diretores, nem mesmo uma política habitacional.

Vários setores da sociedade estão disutindo a reformulação do sistema financeiro da habitação e a proposta de uma política habitacional que mude o atual quadro da moradia. E nessas discussões os movimentos populares e entidades populares estão participando ativamente. O PT não pode esquecer a luta do movimento popular.

**ANTONIO SILVESTRE LEITE**

Coordenador da Ansur - Associação Nacional do Solo Urbano - São Paulo, SP

## CIOSL/ORIT X CUBA

Enviei carta à CUT (a/c Jair Meneguelli) com o seguinte conteúdo: o XIII Congresso Continental da CIOSL/ORIT, reunido em Toronto, Canadá, em abril passado, condenou o governo cubano. Além disso, considerou que "Cuba utiliza o bloqueio econômico para justificar sua negativa em comprometer-se com uma abertura política real e para realizar ações repressivas contra setores da dissidência". Não há, igualmente, condenação à Lei Torricelli e, ao falar da suspensão do bloqueio que sufoca a ilha, o congresso a condiciona a "alterações no regime", ou seja, só faz reforçar a já conhecida posição do governo dos EUA. E não dá a mesma ênfase à análise dos governos do Haiti, Peru e Guatemala.

Que a CIOSL/ORIT assim proceda, é normal, posto que esta mesma instância apoiou o golpe militar de 1964 no Brasil, mas que a CUT se omita, ou pior, aceite a situação, é inconcebível. Não esperamos, nem queremos, que se faça uma apologia do regime cubano. Como democratas, absorvemos críticas no sentido da ampliação da democracia em Cuba. Ao mesmo tempo, reafirmamos a convicção na autodeterminação dos povos para rejeitar com veemência o bloqueio com o qual os "donos do mundo" querem dirigir de fora para dentro o país.

**JAQUES WAGNER**  
Deputado federal PT-BA

## PINGOS NOS IS

A prática, de orientação partidária, junto do movimento social, no ambiente do novo, das transformações e realizações, do preparo para a participação popular no governo, das disputas contra a rotina, o imobilismo e a dominação, pode levar os militantes a um envolvimento absorvente, monopolizador e ofuscante. Esse envolvimento, limitando o horizonte, os expõe a uma visão unilateral e os afasta dos objetivos partidários maiores. Eles podem ficar excessivamente entusiasmados, tomados por uma parcela do processo, passando a negligenciar, a não enxergar mais a amplitude e a complexidade do movimento sindical a ser trabalhada, arriscando-se então a tomarem a nuvem por Juno.

A organização, o necessário crescimento e o aprimoramento político e teórico do partido passam a ser subestimados, deixados por conta dos outros, para depois... Uns e outros companheiros da militância se debatem, se isolam e se extenuam, nas questões da moradia, da luta pela

**BRASIL AGORA**

**DIRETOR:** JOÃO MACHADO. **EDITOR:** JOSÉ AMÉRICO DIAS. **EDITOR DE ARTE:** CACO BISOLI. **REDAÇÃO:** ANTONIO MARTINS, FLÁVIO AGUIAR, HAMILTON CARDOSO, MOLIZAR BENEDITO, VALTER POMAR. **SECRETÁRIA:** ADÉLIA CHAGAS. **SUCURSAL RIO GRANDE DO SUL:** LUCIANE FAGUNDES, JOSÉ LUIZ LIMA E MARCO ANTONIO SCHUSTER. **COPISTAS E REVISÃO:** CELSO CRUZ. **DIGITAÇÃO:** ELIZABETE D. DA SILVA. **EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:** FABIANO CIAMBRA, JOTA E SILVIA ROMERO. **PRODUÇÃO GRÁFICA:** FABIANO CIAMBRA. **COLABORADORES:** ALAN RODRIGUES, ALIPIO FREIRE, ALCÍDIO MORAIS, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CARLOS FON, ANTONIO CARLOS DE QUEIROZ, CLOVIS CASTRO, BERNARDO KUCINSKI, BENO ALTMAN, CARLOS E. CARVALHO, CELSO HORTA, CÉLIS, CINTIA CAMPOS, CLÁUDIO SCHUSTER, DENISE NEUMANN, EDMILSON DE SOUZA, EIVANA ALVES DE MORAES, EMER SADER, EUGÊNIO BUCCI, FERNANDA ESTIMA, FERNANDO PANA, FIANARION MAUES, FLÁVIA DE SAMPAIO LEITE, FLAVIO LOUREIRO, FLAVIO PACHALSKI, GENARO URSO, HÉLIO SILVA, HUGO SCOTTE, IVAN SEIXAS, ISAAC ARCELUJO, JOÃO ANTONIO, JOSÉ ROCHA, JUAN PEZZUTO, JUAREZ GUIMARÃES, JUSTINO PEREIRA, KIPPER, LINETE MARTINS, LUSCAR, MANOEL ALVAREZ, MÂRCIA BRAGA, MÂRCIA MOREIRA, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENCIGUERRA, MARCO AURÉLIO GARCIA, MARCOS SOARES, MARIA LÚCIA BRANDÃO, MARIO AUGUSTO JAKOBSSON, MARINGONI, MARISA MELANI, MARIZA DIAS COSTA, MIADARA, MILTON FOGO, NELSON RIOS, NUNÍRIO MIRANDA, NORMA SUELI O. REIS, NORA NAROH, OHI, PATO, PATRÍCIA CORNÉIS, PAULO BARBOSA, PAULO ROBERTO FERREIRA, PAULO ZILBERMANN, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, RAIMUNDO

**PEREIRA, ROGÉRIO SOTTI, RUI FALCÃO, SÉRGIO CANOVA, SÉRGIO SISTER, WALTER ONO, WLADIMIR POMAR.** A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL.

**BRASIL AGORA** É UMA PUBLICAÇÃO QUINZENAL DA EDITORA BRASIL AGORA LTDA. - ALAMEDA GLETE, 1049 - CEP 01215 - SÃO PAULO (SP). FONES: 222.6318/222.4326/220.7718. FAX: (011) 222.2865. **ADMINISTRAÇÃO:** M<sup>o</sup> AÍCE DE P. SANTOS. **ASSISTENTE:** IVANILDA ALVES. **DEPARTAMENTO DE CIRCULAÇÃO (COORDENAÇÃO GERAL):** MARIA ODETE G. DE CARVALHO E JOSÉ LUIS NADAI, ANA MARIA ALVES (ASSINATURAS), GUIBERTO GENESTRA (DIGITAÇÃO). **GERENTE DE DESENVOLVIMENTO:** PAULO M. SOLDANO. **GERENTE DE MARKETING:** ÉDER DE ARAÚJO SANTOS. **ASSINATURAS:** RIO DE JANEIRO: ANA CLÁUDIA F. GONÇALVES (021) 242.0793. **FORTALEZA:** JOSÉ VITAL (085) 252.1992. **PORTO ALEGRE:** MOSES BAESTRO (051) 221.7733. **BELEM:** JOSÉ MARIA R. DE SOUZA FILHO (091) 224.8579. **BELO HORIZONTE:** ANTONIO BORGES (CEBOLA) (031) 222.3735. **FLORIANÓPOLIS:** PAULO EDUARDO SOLDANO, ELIZABETH A. BERNARDO (0482) 23.5907. **EXPEDIÇÃO:** JOÃO A. GUEVARA. **SERVIÇOS GERAIS:** EUSLÂNDIA M. FERREIRA, FERNANDO S. SIQUEIRA, LUCIENE B. SILVA, MARCELO L. C. PONTES. **IMPRESSÃO:** DIÁRIO DE MOGI. **DISTRIBUIÇÃO:** DINAR S/A. **TIRAGEM DESTA EDIÇÃO:** 35.000 EXEMPLARES FORAM IMPRESSOS NO DIA 28 DE JULHO DE 1993. **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** JOSÉ AMÉRICO DIAS

terra, da defesa dos direitos humanos, do sindicato, dos embates parlamentares, da administração pública, da mulher e da criança, da segregação racial, da ética e da cidadania. Tudo bem! É preciso mesmo que o façam. Porém, que não se percam, que não se afoquem, que não se anulem para a tarefa maior: a prática política partidária, com a nítida percepção dos objetivos estratégicos do partido.

**OSMAR MAGALHÃES**

Líder da bancada do PT na Assembléia Legislativa de Goiás

## PARTIDO INCHADO

Com o passar dos tempos, os petistas, como bons brasileiros, demonstram que possuem memória curta. Tanto é que já estão esquecendo que o partido nasceu calçado no intuito de - além da meta socialista - provocar também profundas mudanças sociais. Há claramente uma dissonância entre atitudes e discurso. Um partido que nasceu de baixo para cima, filho do parto mais original entre todos os partidos políticos do mundo, começa a ter em seus quadros de militância "proletários burgueses", "socialistas anarquistas", fisiológicos enrustidos - enfim, o PT vive um princípio de paraféria política baseada numa coerência obtusa.

Estamos caminhando para o caos do desentendimento das metas traçadas em nosso princípio. A filiação sem critério e, principalmente, sem a demonstração clara dos objetivos políticos do partido é o foco causador desse princípio de desarranjo. É imprescindível que não nos esqueçamos de que crescer é saudável. Inchar é doença.

**CARLOS PENNA**  
Ribeirão Preto, SP

## A FOME E A PREFEITA

De autoria da prefeita de São José dos Campos (SP), o artigo "Chega de Fome", publicado no Brasil Agora nº 42, pode transmitir aos incautos uma impressão otimista em demasia, no tocante aos progressos do combate à fome, seja nessa cidade, seja no país.

A fome brasileira não resulta de um fenômeno climático, de dificuldades geradas pela guerra ou coisa parecida. A fome em nosso país é filha dileta do modelo sócio-econômico excludente forjado pelas elites, e

cresceu, nos últimos anos, embalada pelo neoliberalismo patrocinado por Collor e Itamar. Portanto, há responsáveis por essa fome, entre os quais o empresariado, que se banqueteia com a inflação, os esquemas corruptos, que desviam verbas públicas etc.

O Comitê contra a Fome em São José dos Campos é uma boa iniciativa. Mas não basta "arregaçar as mangas", como diz a prefeita. É preciso travar a luta de idéias na sociedade, apontar as raízes da fome e da miséria, arrancar concessões do empresariado. Sem essa orientação política, o comitê corre o risco de tornar-se mais uma simples obra de caridade. Algo como "convidar a raposa para tomar conta do galinheiro".

**ARMANDO PEREIRA (CEBOLA), MARCOS SOARES, MAURÍLIO DE OLIVEIRA E MARCOS MEIRELLES**

São José dos Campos, SP

## RACISMO NA ALEMANHA

O núcleo do PT de Berlim, a pedido da Secretaria de Relações Internacionais, reuniu-se em 18.6 para discutir e preparar um texto sobre a violência racista na Alemanha. O texto, publicado no Brasil Agora nº 41 ("O racismo que mata"), foi apresentado nessa reunião. Entre os presentes, sete pessoas, houve, por consenso, uma crítica tanto à forma quanto ao conteúdo do artigo.

Apresentar como motivo dos assassinatos em Solingen a versão dos próprios neonazistas é no mínimo infeliz, além de contribuir com as tentativas de "despolitizar" os atentados racistas. As posições que o Partido Social Democrata tem tomado nos últimos meses não devem ser qualificadas, como faz o texto, como um "processo de renovação partidária". As críticas aos sindicatos alemães é injusta. No combate ao racismo, eles têm estado na linha de frente. Por fim, a Alemanha não passa por uma crise de governabilidade. Caso isso venha a ocorrer, não é papel da oposição "apresentar propostas concretas de governabilidade", e sim aprovar no Parlamento uma moção de repúdio ao atual governo e convocar eleições gerais. A situação é grave e merece por parte do Brasil Agora um tratamento mais cuidadoso.

**CARLOS SANTOS**  
Berlim, Alemanha

## CANDIDATO

O PT de Goiás está convocado para retomar o caminho da independência e da organização autônoma dos oprimidos. O caminho da conciliação não serve aos interesses do povo e não contribui para alcançarmos os objetivos do nosso partido.

OPT não pode se perder no varejo dos arranjos regionais. Deve afirmar com clareza sua vocação hegemônica e transformadora, apontando para a construção de um Projeto Nacional Democrático e Popular sustentado por um arco de alianças sociais e políticas capaz de levar o companheiro Lula à presidência da República. Hoje isto significa dizer que teremos candidatos próprios aos cargos majoritários em Goiás e, portanto, não é hora de manifestar apoio a este ou aquele partido no segundo turno das eleições, porque nós é que vamos para o segundo turno.

Convencidos de que podemos quebrar a hegemonia dos setores oligárquicos, apresentamos o nome do companheiro Athon Pereira, como pré-candidato a governador. O lançamento da pré-candidatura será dia 6 de agosto, às 20h, na Associação dos Economistas do Estado de Goiás (ASEG), Av. T, 1.153, Setor Bueno.

**COMITÊ PRÓ-CANDIDATURA ATHOS PEREIRA**

Goiânia, GO

**ASSINE BRASIL AGORA**

SE PREFERIR, ASSINE PELO TELEFONE: **LIGUE GRÁTIS 0800-11.1300**

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado à EDITORA BRASIL AGORA LTDA. Alameda Glete, 1049 - Sta. Cecília CEP 01215 - São Paulo/SP - Fones (011) 222.6318, 222.4326

NOME \_\_\_\_\_

ENDEREÇO \_\_\_\_\_

CIDADE \_\_\_\_\_

FONE \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

PROFISSÃO \_\_\_\_\_

CARTÃO CRÉDITO: \_\_\_\_\_ VALIDADE: \_\_\_\_\_

Nº \_\_\_\_\_

**CARTÕES: VISA, CREDICARD E AMERICAN EXPRESS**

- Assinatura 12 edições Cr\$ 900.000,00
- Assinatura para o exterior (semestral) US\$ 30,00
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 1.700.000,00
- Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 2.700.000,00



## PAU BRASIL E MALUF

O Brasil Agora traz na matéria de capa desta edição o caso *Pau Brasil* - a empresa que servia de caixa dois para o esquema eleitoral malufista. Não se trata de uma grande novidade. Afinal, muita gente já sabia que os recursos para as campanhas milionárias do malufismo tinham origem em contribuições do poder econômico. A diferença é que agora há provas de crime eleitoral em relação a sua última campanha - a disputa da prefeitura de São Paulo. Sim. Pegaram o homem. Resta ver agora se a Justiça irá até as últimas consequências na apuração e punição dos crimes cometidos (páginas 8 e 9).

O Brasil Agora prossegue em seus esforços para ampliar o seu número de assinantes em todo o país, visando criar as condições para tornar-se um órgão semanal, aproximando-se ainda mais de seus leitores. Com aproximadamente dez mil assinantes, a maioria deles obtida nos últimos seis meses, o jornal atingiu em julho a média mensal de venda de 1.200 novas assinaturas. Nesse sentido, nos emociona a história vivida por nosso leitor Nivaldo Capóia, professor da cidade de Ji-Paraná, em Rondônia, que xerocou mais de cem cópias da matéria sobre PC Farias publicada em nosso penúltimo número e distribuiu entre seus alunos, para debater a necessidade de ética no Brasil. Professor Nivaldo, o Brasil Agora é feito principalmente para gente como você!

O EDITOR



O MASSACRE DOS MENORES NO RIO

## OPINIÃO

GILBERTO MARINGONI \*

# CIOSL, CUT e Cuba

Quatro dirigentes nacionais da CUT - entre eles Jair Meneguelli - escreveram um artigo na última edição de *Brasil Agora* procurando justificar o apoio da entidade a uma resolução do XIII Congresso Continental da ORIT/CIOSL (Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores/Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres) que trata da crise cubana. O artigo se contrapõe a uma nota de minha autoria condenando a resolução.

O texto zigzagueante da referida resolução (publicada na íntegra nesta edição) não esconde ser ela fruto de uma colagem de opiniões divergentes que todavia apontam uma direção principal. Ali está dito com todas as letras que "o bloqueio decretado contra o país há mais de 30 anos é utilizado pelo governo cubano para justificar sua negativa em comprometer-se com uma abertura política real e para realizar ações repressivas contra setores da dissidência".

Ou seja, é a mesma lógica que acusa o enforcado de usar a corda no pescoço como pretexto para não levar uma vida normal. E o engraçado é que os companheiros da CUT argumentam que a resolução se baseia em "denúncias de desrespeitos de direitos humanos em Cuba (...) feitos através de relatórios da Anistia Internacional".

Pois bem, ao longo das 306 páginas do Informe da Anistia divulgado em julho de 1992 (o mais recente disponível à época do Congresso, em abril de 1993), são arroladas denúncias de desrespeito aos direitos humanos em 142 países, aí incluída a totalidade das Américas. Sobre Cuba, o relatório lista "duzentos ou trezentos presos de consciência", duas execuções e denúncias de maus tratos e casos isolados de tortura.

**O OUTRO LADO.** Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos, tínhamos dois mil e quinhentos condenados à morte (31 menores e a maioria de raça negra) e 32 membros das Forças Armadas presos por "objeções de consciência" ao se negarem a participar do conflito do Golfo, além de numerosas denúncias de torturas e maus tratos a solicitantes de asilo. Quanto à América Latina, a listagem é pródiga em denúncias de centenas de mortos por grupos de extermínio no Brasil, Bolívia, Peru, Guatemala, El Salvador etc., boa parte deles constituída de sindicalistas rurais e opositores dos governos, sem contar o uso sistemático da tortura, agressões e ameaças de toda ordem. A essas gravíssimas

violações, o Congresso da ORIT não dedica nenhuma linha. Afora uma resolução condenando o golpe do Haiti (que cita *en passant* o golpe peruano), apenas Cuba mereceu atenção. Por quê? Devolvo aos companheiros da CUT a insinuação de que "não fica bem utilizarmos dos relatórios (da Anistia) apenas quando atendem supostamente às nossas concepções políticas e ideológicas".

A leviandade com que a ORIT trata de Cuba não leva em conta que, no contexto da América Latina, o país apresenta indicadores únicos em saúde, educação, nutrição, higiene, mortalidade infantil, emprego e habitação. Omite também o fato de que os ataques americanos contra a revolução nunca cessaram desde a invasão da Baía dos Porcos em 1961. Atentados tais como incêndios em canaviais, invasão do espaço aéreo, ameaças permanentes de novas invasões, manutenção forçada da base militar de Guantánamo, financiamento e armamento de grupos anticomunistas em Miami, tentativas de assassinato contra Fidel Castro, emissões radiofônicas ilegais e mais um sem número de ações de agressões e violação do direito internacional, além do próprio bloqueio, não merecem sequer menção por parte da ORIT.

Como pode a organização afirmar em outras resoluções ser contra o neoliberalismo e condenar sinuosamente o país que de forma mais decidida tem se contraposto às investidas da Nova Ordem Mundial na região?

Qual o futuro da ilha, caso se mantenha até o fim o torniquete asfíxiante contra ela? Sem dúvida, Cuba será reduzida às mesmas condições de dominação, humilhação e exploração de Guatemala, El Salvador, Honduras, Haiti e demais nações, depreciativamente chamadas pelo próprio *establishment* norte-americano de "repúblicas das bananas".

A resolução da ORIT/CIOSL é típica de um tempo de guerra fria, quando essas entidades foram criadas para se contrapor às forças de esquerda no sindicalismo internacional. Foram tempos de apoio desbragado a golpes militares e ditaduras pelo mundo afora, com o pretexto de conjurar a "ameaça comunista". A CIOSL e a ORIT conheceram certa evolução desde então. Mas, como se vê, ainda apresentam certas recaídas. E não fica bem estas serem apoiadas pela CUT.

\* GILBERTO MARINGONI é colaborador do jornal *Brasil Agora*

## OPINIÃO

MIGUEL ROSSETO \*

# Direito à diferença

Em julho de 1992, a V Plenária Nacional da CUT deliberou por uma "Campanha pela autodeterminação do povo cubano", exigindo o fim do bloqueio econômico e da violação ao direito à autodeterminação do povo cubano por parte dos EUA. A resolução dizia textualmente: "A CUT deve prosseguir a sua campanha de solidariedade ao povo daquele país, enfatizando as conquistas sociais da Revolução Cubana" e essa solidariedade "inscreve-se na tradição cutista de apoio às lutas de independência nacional e pelo direito à autodeterminação dos povos".

Em abril de 1993, reuniu-se o XIII Congresso Continental da ORIT no Canadá, contando pela primeira vez com uma delegação da CUT já como central filiada. No ponto específico sobre Cuba, o Congresso da ORIT condenou o regime desse país. Reiterou sua solidariedade aos dissidentes que fazem oposição pacífica. Considerou "que a continuidade do bloqueio decretado contra o país há mais de 30 anos é utilizada pelo governo cubano para justificar sua negativa a comprometer-se em uma abertura política real e para realizar ações agressivas contra setores da dissidência". Com base no congresso anterior, "recomenda-se que a CIOSL e a ORIT proponham o levantamento do bloqueio, exigindo ao mesmo tempo um compromisso efetivo e certo do regime cubano para a abertura democrática que garanta o respeito dos direitos humanos e sindicais".

### CONTRADIÇÃO.

Está claro então que a ORIT assume a postura contra o bloqueio desde uma perspectiva totalmente diferente à da CUT, e que a abordagem que essa organização internacional tem da questão cubana (suas conquistas, seus impasses etc.) é diametralmente oposta à da nossa central. A mesma Plenária Nacional que reiterou e qualificou nossa solidariedade com o povo cubano definiu-se pela filiação à CIOSL, da qual a ORIT é seção no continente americano. Uma contradição? Não necessariamente. Houve companheiros que votaram a favor da filiação justamente defenden-

do que a ORIT seria mais um espaço para expressar nossa solidariedade ao povo cubano - em conflito com a tradicional posição dessa organização internacional.

A ORIT passou a assumir a postura contra o bloqueio econômico, isso é um avanço, apesar das razões apresentadas. A CUT pode reconhecer esse avanço sem ocultar as profundas diferenças de concepção embutidas numa muito pontual unidade de ação.

**ERRO.** Considero que o erro dos quatro companheiros da Executiva Nacional da CUT (junto com os quais fiz parte da delegação da CUT à ORIT) está justamente em *pasteurizar* o movimento sindical do continente, em negar as diferenças entre a ORIT e a CUT em relação a uma questão importante.

Por outra parte, o artigo que deu origem à polêmica, se tiver aplicado seu conteúdo à risca, praticamente não deixará espaço para relações internacionais com outras centrais, já que poucas têm semelhanças com a CUT.

Mas no mesmo Congresso da ORIT encontramos companheiros com posturas bem diferenciadas das tradicionais centrais atrasadas, que tanto pesam nessa organização (dos EUA, México, Venezuela etc). E nesse mesmo Congresso o PIT-CNT do Uruguai que é nosso principal interlocutor no

enfrentamento do Mercosul, não tinha delegados porque não está filiado à ORIT.

Isso reforça a idéia de que os parceiros da CUT ao nível internacional então dentro e fora da CIOSL, e que esta

é apenas mais um espaço de atuação. Esta visão, no entanto, é viável, com a condição de que a própria CUT não desdê sua base, negando as diferenças que há entre as centrais dos diversos países e dentro das centrais internacionais, e estabelecendo claramente o que é comum na ação e o que é diferente na concepção e prática.

O direito à diferença é pré-condição para uma estratégia sindical internacional da CUT hoje.

\* MIGUEL ROSSETO é da Executiva Nacional da CUT e foi delegado da CUT ao Congresso da ORIT



As decisões que saem do Ministério da Fazenda parecem não sair de alguém com sã consciência. Mas têm uma coerência: são contra o trabalhador.



Encontros com Itamar: negociação ameaçada

# Meio bêbado, meio

Há alguns meses, *The Economist*, a mais importante publicação da burguesia mundial, feriu os brios nacionais ao afirmar que o Brasil era um país bêbado, embora se referindo às trapalhadas do governo Collor. No último dia 22, quando o presidente Itamar Franco pediu aos brasileiros "uma dose de otimismo", houve quem relembresse a jocosa afirmação da revista britânica. Afinal de contas, mais uma dose de otimismo só serviria para que os brasileiros se esquecessem das dificuldades da conjuntura. Do ponto de vista dos trabalhadores, não há mesmo razão para otimismo nenhum. O que se viu na última semana com relação à política salarial, por exemplo, foi o governo tentando enrolar as centrais sindicais, buscando encontrar uma saída honrosa para a derrota que sofreu no Congresso Nacional.

Na semana anterior, com o ímpeto de uma motoniveladora, o ministro Fernando Henrique Cardoso quis que o presidente Itamar simplesmente vetasse o projeto do reajuste mensal de salários. Ele chegou a ameaçar com sua demissão do cargo. Só ficou mais flexível depois das ponderações dos

líderes governistas no Congresso e do ministro Walter Borelli, que o alertaram para a delicadeza do momento. O fato é que mexidas tão bruscas podem não só enterrar de vez a pretensão da "terceira via" para a sucessão presidencial, como sepultar o próprio Itamar.

**É PACTO.** Ciente de tudo isto, ainda em Salvador, no encontro dos países ibero-americanos, o presidente Itamar decidiu convidar os presidentes da CUT, CGT e Força Sindical, e representantes da Federação dos Bancos, Confederação Nacional da Indústria e Confederação da Agricultura, para negociar uma política geral de rendas. Itamar falou em "dose de otimismo" e "esperança" para substituir as expressões "entendimento", "pacto social" ou coisas do gênero, já queimadas no imaginário popular. Seu objetivo real era ganhar tempo. No final das contas, o veto ao projeto dos salários ficou temporariamente adiado.

Prosseguindo no exercício de cavar a imprensa com doses cavalares de conversas diárias - dizem que atendendo a um conselho do ministro da Economia da Argentina -, o minis-



tro Fernando Henrique deixou que um repórter da *Veja* o acompanhasse em seu trabalho durante toda a semana. Lendo a reportagem da revista, é possível ver o que se passa pela cabeça do Estado Maior do governo Itamar. Na quinta-feira, 23, depois de brigar com o líder da Câmara, Roberto Freire, porque ele queria que o governo cedesse um índice de reajuste entre 70% e 80%, e não apenas os 50%, Fernando Henrique conversou com o líder do PMDB, Genebaldo Corrêa. *Veja* registrou: "Acertaram, enfim, um pacote de temas para adoçar a negociação com os sin-

dicalistas. Prometeram discutir políticas de renda, emprego, reforma agrária, participação nos lucros e programas sociais e torceram para que as iscas se revelassem atraentes". Como se vê, os trabalhadores são tidos como piabas que eventualmente podem ser atraídas com iscas edulcoradas.

**EMBRIAGUEZ.** Já na sexta-feira, 24, o ministro afirmou que "nenhum empresário reclama da inflação nem da política salarial porque repassam tudo para os preços". Ou seja, quando diz que o reajuste dos salários provoca inflação, Fernando Henrique raciocina cnicamente, pois sabe muito bem que o problema está no lado dos empresários e não no lado dos trabalhadores. Neste caso, parece ter razão o famigerado Roberto (Bob Fields) Campos, quando diz que "todo estruturalista é um monetarista que não chegou ao poder".

A administração Itamar parece estar embriagada porque, embora continue a governar para as elites, quer dar a impressão de que governa no interesse de todo mundo. O ex-presidente Sarney apontou esta

contradição numa declaração ao *Jornal do Brasil* do dia 25: "O pacto não dará certo jamais se o governo pede que os trabalhadores abram mão de salário, acusa os empresários de serem criminosos e reserva para o Congresso o papel de vilão".

Neste sentido, alguns dos argumentos que os governistas levantam contra o reajuste salarial de 100% da inflação são tão falsos como notas de três dólares. Por exemplo, na hipótese de a inflação permanecer em 30% ao mês, a reposição dos 100% ainda provocaria, em doze meses, perdas de 140% no valor dos salários, segundo projeções do Dieese, e não ganhos reais extravagantes, como afirma o ministro Fernando Henrique. O fato de eventualmente fazer disparar a inflação seria devido não à reposição, mas à ação dos empresários que repassam os reajustes para os preços das mercadorias. Ação que o governo não controla, embora disponha de mecanismos legais para punir os abusos do poder econômico.

**O EXEMPLO DO GOVERNO.** O deputado Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto dos 100%, de-

## CUT AMEAÇA ABANDONAR NEGOCIAÇÕES

Na quarta-feira passada a CUT se preparava para participar de mais uma rodada de negociações com o governo e os empresários fazendo uma ameaça: se o presidente anunciar o veto à lei salarial aprovada pelo Congresso, que concede reajuste mensal de 100% da inflação, a CUT abandona o diálogo com o governo. Itamar Franco vai ter que escolher entre a opinião de seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique, que considera o veto negociável e urgente, e a continuidade das negociações que, sem a CUT, perdem totalmente o sentido.

A posição dos cutistas, decidida antes mesmo do encontro, já provocou os seus primeiros efeitos - Walter Borelli, ministro do Trabalho, e o principal interessado nas negociações, admitiu que o governo poderia não votar os 100%. Divergência com FHC ou confusão? Pouco importa se for uma coisa ou outra. O problema é que FHC tem sido tão inflexível na defesa do veto presidencial que o simples atraso de Itamar em fazê-lo (o prazo máximo é de 3 de agosto) já está provocando desgaste político no brioso ministro da Fazenda.

Os dirigentes cutistas estão irritados com a inflexibilidade do ministro da Fazenda, que insistia na estranha tese de que a indexação dos salários tal como acontece com todos os preços da economia vai provocar aceleração inflacionária. Além de contestar tal ponto de vista, apresentando um estudo do DIEESE, que comprova que o reajuste mensal com base em 100% da inflação é o que acarreta menores perdas aos trabalhadores (veja tabela ao lado), os cutistas propõem uma ampliação da temática do encontro. O objetivo é responder à chantagem que hoje está sendo

feita contra os salários e os trabalhadores, por total desinteresse de enfrentar os privilégios do poder econômico e os verdadeiros problemas da crise do Estado brasileiro.

A CUT, segundo seu secretário de Assuntos Sindicais, Miguel Rosseto, pretende apresentar à reunião três níveis de questões que devem nortear a agenda de debates proposta por Itamar Franco. A discussão de uma política de rendas, que garanta a recomposição do salário-mínimo, hoje um dos mais baixos do mundo, é o primeiro deles. O segundo e o terceiro níveis dizem respeito à crise da Pre-

vidência e à política fiscal.

**FALÁCIA GOVERNISTA.** Hoje, segundo a CUT, apenas 38% dos trabalhadores regulares (isto é, aqueles que não pertencem à economia informal) possuem carteira assinada. A simples incorporação dos demais ao Sistema Previdenciário aumentaria a arrecadação em nada menos que 956.414.894,62 dólares por mês. Com o FGTS que passaria a ser pago com a regularização das carteiras, seriam arrecadados, por mês, outros 246 milhões de dólares, o suficiente para se construir, segundo a entidade, mais de 80 mil



**PATRIOTISMO MÍOPE**

O Projeto de Lei nº 3.719/93, originário do Poder Executivo, aprovado pela Câmara dos Deputados e atualmente em tramitação no Senado, altera o inciso IV, artigo 13 da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que trata do processo de desestatização.

A proposta original permitia que a participação do capital estrangeiro no processo de privatização de estatais, que até então era de 40% das ações com direito a voto, pudesse chegar a 100%. Emenda apresentada pela bancada do PT fez com que ficasse estabelecido que a participação do capital fosse obrigatoriamente com moeda forte, excluindo portanto as moedas podres.

Esta posição adotada pela bancada do PT tem suscitado alguma controvérsia, em virtude de questionamentos portadores de um patriotismo discutível, levantados por outros setores da esquerda.

A análise da questão passa pela compreensão de que o dispositivo referido trata apenas das empresas privatizáveis, excluídas portanto aquelas que não podem ser privatizadas em virtude de dispositivos constitucionais. Fora isso, é preciso estabelecer a compreensão de que um programa de governo democrático e popular precisa definir o que entendemos por setores estratégicos da economia, os quais, por isso, não podem ser privatizados.

Por outro lado, restringir a participação do capital estrangeiro, no atual processo de privatização, a 40%, significa excluí-lo do processo, criando ao mesmo tempo uma reserva de mercado para os oligopólios nacionais que, por falta de concorrência, terminam adquirindo o controle das estatais por preço vil, com moedas podres. Mas nada os impede de, no outro dia, vender a ex-estatal ao capital estrangeiro.

Tampouco é correto imaginar que o dispositivo, tal como foi aprovado, consagra a alienação do patrimônio público em troca da dívida externa. Isto aconteceria se fosse permitida a utilização de títulos da dívida na compra das estatais, mas esta possibilidade está excluída. De forma que este dispositivo assegura uma inversão do fluxo de capital. Ou seja, pelo menos episodicamente, o país da penúria deixa de ser exportador de capital, para ser importador.

Existe talvez quem pense que favorecer interesses oligopólicos e cartoriais de empresas nacionais que sempre viveram à sombra do Estado seja uma atitude revolucionária. Duvidamos que isso sirva aos interesses da maioria do povo, como duvidamos também que possamos superar a atual crise isolando-nos do mundo e proibindo a entrada de capitais estrangeiros. A saída da crise passa certamente pela afirmação da soberania nacional, mas nada tem a ver com o isolamento. O capitalismo é internacional. As cabeças socialistas deviam também procurar ser internacionais, se não quiserem repetir as catástrofes do totalitarismo que desabou no Leste.

nã hora de começarem a ganhar alguma coisa.

Além do problema dos salários, o governo Itamar tem apresentado sinais de tontura também em outras áreas. No sábado, 24, foi obrigado a publicar pela quarta vez a lei que regulamenta a cobrança do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). As três versões anteriores haviam saído com erros de, pasme-se, datilografia. Nos últimos dias, os jornais não se cansam de publicar dicas de como escapar ao novo tributo, o que mostra que o IPMF não vai mesmo atingir os tubarões do capital. Enquanto isso, o mercado dava sinais de que a inflação pode passar dos 32% este mês, um ponto percentual a mais do que em junho.

**CAÇADA SUSPensa.** De PC Farias, nenhum sinal, um mês depois de a Justiça decretar a sua prisão preventiva por sonegação de imposto de renda. Por isso, a Polícia Federal decidiu suspender a caçada ao inimigo público nº 1 do Brasil. No dia 20, o ministro do Exército pôs as tropas à disposição da Polícia Federal para fiscalizar as fronteiras.

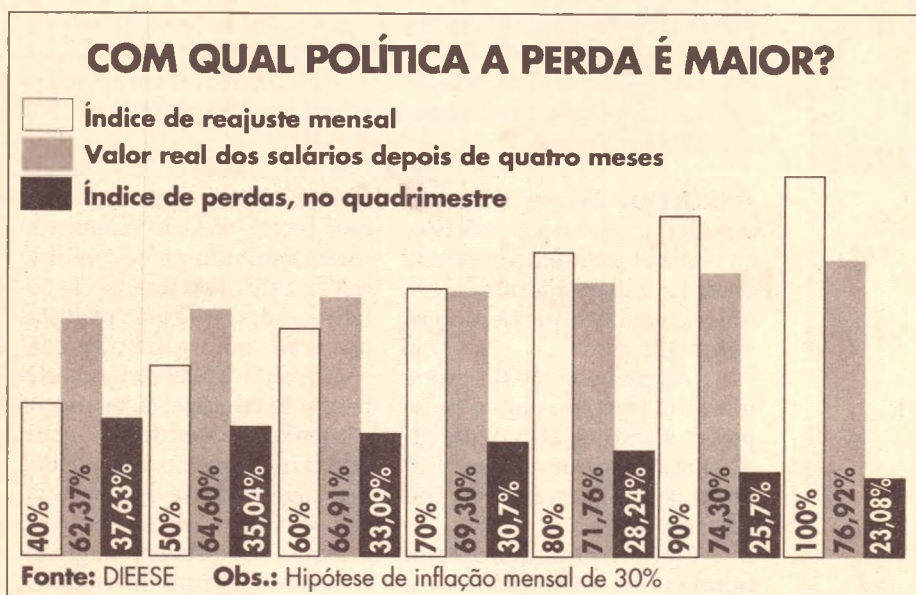
No dia seguinte, porém, a medida se mostrou desnecessária, porque os policiais, em greve há uma semana, resolveram voltar ao trabalho, sem conseguir qualquer ganho além das costumeiras promessas de novos equipamentos, um plano de carreira e melhorias salariais. Já o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, que passara o vexame de acusação de lesar o fisco, sobreviveu a mais uma semana no cargo, magoado com o que chamou de "falta de solidariedade" de seus colegas e dos líderes do governo no Congresso, que não o defenderam publicamente.

A novidade do terreno da disputa presidencial, além do esquentamento da briga Lula x Maluf, é que surgiu mais um candidato.

Trata-se do tenente-brigadeiro-do-ar Ivan Moacyr da Frota, que detém o comando das bases aéreas do país, mas está deixando a ativa nas próximas semanas. Frota é o candidato preferido dos militares da reserva.

Ficou conhecido nacionalmente depois de publicar um virulento artigo na *Revista da Aeronáutica* contendo denúncias contra a corrupção e críticas aos políticos e ao governo.

**ANTÔNIO CARLOS QUEIROZ**  
Brasília, DF



# equilibrista

monstrou que o próprio governo é o primeiro a reajustar suas tarifas acima da inflação. Exemplos: este ano, os combustíveis já foram reajustados 12 vezes, acumulando 498,22% de aumento contra 482,69% da inflação; o gás de cozinha teve 30% de aumento real; o óleo diesel, um pouco menos de 30% reais; de maio a agosto, a energia elétrica e o telefone tiveram aumentos de mais de 30% acima da inflação, segundo cálculos da Fundação Getúlio Vargas. Paim vai apresentar um projeto de lei que limita o aumento

dessas tarifas aos reajustes salariais.

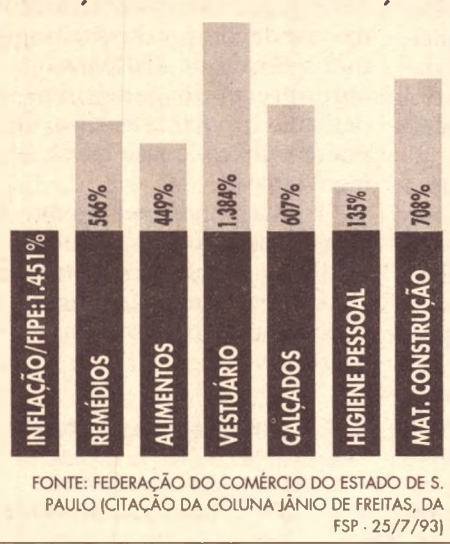
Na área privada, dados da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, publicados pelo jornalista Jânio de Freitas na *Folha de S. Paulo*, dia 25, mostram o tamanho do rombo provocado no bolso dos consumidores por reajustes acima da inflação nos últimos doze meses. O segundo número é a diferença a maior: remédios: 2.017% e 566%; alimentos: 1.900% e 449%; vestuário: 2.835% e 1.384%; calçados: 2.058% e 607%; higiene pessoal: 1.586% e 135%; materiais de construção: 2.159% e 708%. No mesmo período, o salário-mínimo teve uma perda real de 10,23%, segundo cálculos do Dieese, também citados na coluna de Jânio de Freitas.

Diante de números tão evidentes, só pode ser mentiroso ou bêbado quem diz que salário provoca inflação. É claro que os argumentos do governo não se limitam a isso. Alega-se também, com números no mínimo controvertidos (ver

quadro), que as folhas de pagamento quebrariam as prefeituras municipais e a caixa da Previdência Social.

**FALSA ISENÇÃO.** Tentando mostrar isenção, o governo tem reservado algumas porras também para os empresários. Golpes leves, sem maiores seqüências. Na sexta-feira, dia 23, o ministro Fernando Henrique encontrou-se com 300 deles na sede da Fiesp, em São Paulo, e os responsabilizou pelas "remarcações criminosas" dos preços, acusando-os de serem "sócios da inflação". "Mais vale acender uma vela do que blasfemar contra a escuridão", dizem os árabes. Por que será que o ministro prefere ficar xingando os empresários e lançar-lhes apelos à razão, ao invés de aplicar neles a lei? Na segunda-feira, 27, ele renovou as promessas de combate aos oligopólios, embora o que esteja valendo mesmo seja a campanha terrorista da Receita Federal para fisgar os médicos, dentistas e psicólogos que sonegam o imposto de renda. "Pacto", repete o ministro Fernando Henrique, "é discutir o que cada um vai perder". A verdade é que os trabalhadores já perderam demais. Está

## PREÇOS ACIMA DA INFLAÇÃO



moradias populares. Os cutistas propõem ainda medidas para melhorar e racionalizar a fiscalização e combater a sonegação previdenciária. Esta chega ser assustadora em alguns setores, como o dos bancos privados, onde, com exceção do Bamerindus, ninguém recolhe atualmente as contribuições do PIS/PASEP.

Uma das idéias sugeridas pela CUT é impedir que qualquer empresa que deva à Previdência tenha acesso a empréstimo do BNDES. O descontrole organizacional do sistema previdenciário é outro alvo a ser atacado - o governo não tem sequer controle sobre depósitos judiciais (ações contra pagamento de tributos) da ordem de 10 bilhões de dólares.

**POLÍTICA FISCAL.** O desaparecimento da Receita Federal - um estímulo à sonegação - e a estrutura tributária brasileira são os dois principais focos das críticas cutistas. Os dados que eles apresentam também aqui são significativos. Para começar, a Receita Federal do Brasil possui apenas cinco mil e quinhentos funcionários, entre pessoal administrativo e voltado para o trabalho direto de fiscalização, enquanto o órgão correspondente na Itália dispõe de aproximadamente 100 mil, e o da Alemanha, 180 mil.

Os dados apresentados pela CUT sugerem ainda mudanças profundas na lógica tributária brasileira. Por exemplo, quanto à incidência dos impostos indiretos - aqueles que são pagos geralmente

por todos os consumidores, incorporados ao preço de um produto. Estes impostos compreendem 40% do total da arrecadação tributária no Brasil e, segundo a entidade, são profundamente impostos. Numa família com renda de até três salários-mínimos, segundo estimativas da CUT, eles comprometem 30% do rendimento. Ao passo que numa família que ganha na faixa dos 20 salários-mínimos, os gastos com impostos indiretos são de 18%.

Já o Imposto de Renda, pelo qual, ao menos teoricamente, paga mais quem ganha mais, participa com apenas 17,9% do total da arrecadação, sendo 7,5% de impostos de pessoas físicas, e 10,4% de pessoas jurídicas - aqui incluindo o lucro das empresas. Outro ver-

dadeiro acinte tributário citado pela CUT refere-se ao Imposto sobre o Patrimônio, que corresponde a nada mais que 4% da receita tributária de um país onde 1% da população detém 50% do patrimônio nacional.

Os dados e argumentos que a CUT está levando ao governo têm como objetivo ir além do debate em curso por iniciativa de Itamar Franco, a partir da lei salarial. Com eles, os cutistas já se preparam para a reforma constitucional, que poderá iniciar-se ainda neste ano, e que já conta com uma intensa mobilização de setores empresariais, visando combater direitos sociais e conservar privilégios.

**JOSÉ AMÉRICO**



# Quem é demagogo?

**H**á mais de seis meses o Congresso Nacional, o Poder Executivo e a sociedade vêm discutindo as regras para uma nova política salarial para os trabalhadores brasileiros. Neste período não foi possível chegar a uma proposta de consenso entre os vários setores interessados. Enquanto isso, vêm se aplicando as regras fixadas na Lei nº 8.542, de 23 de dezembro de 1992, cujos reajustes são quadrimestrais, com antecipações parciais mensais, ocasionando perdas salariais astronômicas e corroendo de forma irreversível o poder de compra dos salários da classe trabalhadora. Esta lei caracteriza-se como mais uma fase de um processo implantado no país nos últimos quinze anos, responsável pela redução da participação do salário na renda nacional, de 56 para 30%.

Como a solução consensual não se viabilizou, a Câmara dos Deputados, em sintonia com os interesses da sociedade, em duas votações históricas aprovou a proposta de política salarial concebida na sua Comissão de Trabalho, estabelecendo a regra de reajuste mensal de salário, equivalente a 100% dos índices de inflação verificados no período imediatamente anterior.

**PAGANDO A CONTA.** Neste exato momento, o Poder Executivo tenta convencer os setores organizados da sociedade interessados diretamente no assunto a concordarem com uma nova proposta que não conceda os reajustes integrais. Com isso, o governo quer dividir com a sociedade o ônus político de vetar a proposta aprovada no Poder Legislativo e, ao mesmo tempo, atribuir à classe trabalhadora brasileira, mais uma vez, a responsabilidade de pagar a conta de uma economia desajustada e de uma administração historicamente mal gerenciada.

Ocorre, entretanto, que simultaneamente ao processo tendente a convencer a sociedade da necessidade do veto, o mesmo governo autoriza, in-

*O governo faz um discurso e na prática é totalmente diferente. Ainda mente insistindo que os salários são a causa da inflação.*



discriminadamente, o reajuste das tarifas públicas em patamares superiores à inflação.

Na semana passada, o Ministério da Fazenda autorizou mais um reajuste nos preços dos combustíveis, à razão de 14%. Trata-se do 12º reajuste no ano, acumulando um índice de 498,22% para a gasolina e o álcool, contra uma inflação estimada de 482,69%. Para o gás de cozinha, o índice acumulado no ano chega a 652,34%, 30% acima da inflação, e para o óleo

diesel 600,33%. Ou seja, enquanto os salários dos trabalhadores têm reajustes integrais apenas no quadrimestre, o preço dos combustíveis que pressiona a elevação do custo dos demais serviços e preços da economia, haja visto tratar-se de insumo básico essencial, integrante da planilha de custos de praticamente todos os produtos, é reajustado quinzenalmente.

Também na semana anterior anunciou-se o reajuste das

tarifas de energia elétrica em até 34,49% e de telefone em até 30,72%. O índice acumulado no período de maio a agosto foi de aproximadamente 300%, cerca de 36% acima da taxa de inflação calculada pela Fundação Getúlio Vargas.

**ARROCHO.** O governo Itamar, que diz que não arrocha salários, na verdade mantém o poder de compra dos assalariados em níveis menores que os do governo anterior.

- Aprovou o IPMF, que é mais um imposto para o povo pagar, e vetou o artigo que dizia que a faixa que ganha até 10 salários-mínimos não pagaria este imposto.

- O governo diz que o maior inimigo dos trabalhadores é a inflação, só que a inflação na administração anterior girou em torno de 20%, enquanto que a do governo Itamar está acima de 30%.

- A política salarial do governo Itamar é semelhante à do Collor, pois concede antecipações bimestrais de 60% da inflação. No governo Collor, eram 50% da inflação e as duas zeravam no quadrimestre.

- O servidor público viu a sua contribuição para a Previdência aumentar de 6 para 12%.

- O Ministério da Previdência Social, que tinha que divulgar a lista dos 200 maiores devedores, de 3 em 3 meses, até hoje não o fez.

- A gasolina chega a aumentar 3 vezes em 30 dias.

- Os juros ultrapassam a casa dos 50% ao mês - festa da ciranda financeira.

- O dólar disparou, apontando para os três dígitos.

- A recessão continua, ou seja, trabalhadores continuam perdendo emprego.

- Fala-se em combater a sonegação enquanto que mais de 50% dos impostos brasileiros continuam não sendo pagos e o governo insiste em um novo imposto. Está aí a batalha do IPMF.

- O salário-mínimo, até o próximo reajuste, valerá em torno de 40 dólares. O menor salário de nossa história, ou melhor, da história da humanidade.

- A livre negociação proposta pelo governo é uma farsa, pois tudo está tabelado. O pão e o leite aumentam de 15 em 15 dias, os remédios, nem falar!

- As tarifas públicas au-

mentam mensalmente conforme a inflação, mais 8% ao mês, na média.

- A casa própria é reajustada mensalmente pela inflação.

- A perda real em relação a administração passada é 2,95% no salário.

**DEFASAGEM.** O trabalhador que recebe salário reajustado quadrimestralmente é o mesmo que se utiliza do transporte coletivo, cujas tarifas são reajustadas a cada quinze dias, que consome combustível e energia elétrica, usa telefone, cujos preços são reajustados em termos reais, enfim, é o mesmo trabalhador que paga preços reajustados diários, semanais, quinzenais ou, no máximo, mensalmente, enquanto recebe reajustes defasados.

Diante desta realidade e da premente necessidade da contribuição de todos no combate à inflação, inclusive da administração pública, estou propondo o reajuste das tarifas federais nas mesmas condições do reajuste concedido aos salários da classe trabalhadora.

Para concluir, lamentamos que o governo esteja criando uma expectativa na sociedade em torno de um pacote ou choque na economia. Quem faz isso com o mínimo de competência, não anuncia.

O governo é como aquele batedor de penalty, que antes de chutar a bola telegrafa para o goleiro avisando o canto em que vai chutar.

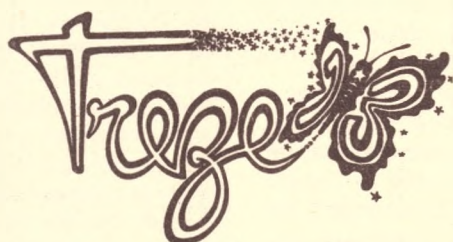
Apesar disso tudo, o governo ainda pode conseguir fazer com que haja um amplo diálogo nacional, se partir por definir a política salarial, espelhada naturalmente no projeto da Câmara dos Deputados. A política ortodoxa nestes 20 anos aumentou a inflação em mais de 100 vezes (15% em 1973 e 1.500% atualmente) e derrubou o poder de compra dos salários numa escala de 100 para 30, empobrecendo generalizadamente o povo brasileiro. O poder público, quase falido, é ingovernável.

É uma grande mentira continuar insistindo que salário tem sido causa de inflação no Brasil. Os dados mostram que, quanto maior o arrocho salarial, maior a inflação.

**DEPUTADO PAULO PAIM**

Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - Câmara dos Deputados

**UMA LOJA PARA QUEM NÃO TEM MEDO DE SER FELIZ**



LOJA CDM - PT - SP

Rua Pedro Taques, 70 - Consolação  
São Paulo/SP 01415-010

Fone: (011) 37-6651 - Fax: (011) 258-5761

QTD. PRODUTOS	CR\$/UNID.	CR\$/TOTAL	QTD. PRODUTOS	CR\$/UNID.	CR\$/TOTAL
Adesivo Estrela	20.000,00		Estrela Metal Solda (gde)	60.000,00	
Adesivos Diversos	40.000,00		Broche Pingente PT	60.000,00	
Bonê (CUT, PT, Lula Brasil)	200.000,00		Broche Bandeira PT Brasil e Lula	95.000,00	
Brinco Dourado Redondo	100.000,00		Lapela Alfinete Red. (peq)	35.000,00	
Brinco Prateado Redondo	80.000,00		Lapela Alfinete Ret. (peq)	35.000,00	
Broche Dourado Estrela Red. (gde)	75.000,00		Lapela Alfinete Red. Dour. (med)	47.000,00	
Broche Fotográfico 13 anos PT	16.000,00		Camiseta Hering Branca	300.000,00	
Broche Fundação PT e CUT	65.000,00		Camiseta Colorida M. Especial	600.000,00	
Broche Lula (4 modelos)	75.000,00		Camiseta Branca M. Especial	450.000,00	
Broche Lula com Estrela Dourada	80.000,00		Sub-total		
Caneta PT	55.000,00		Desc. %		
Caneta Lula	55.000,00		Total		
Caneta CUT	55.000,00				
Caneta "Sem Medo de Ser Feliz"	60.000,00				
Chaveiro Couro	135.000,00				
Chaveiro Plástico PT, CUT	33.000,00				
Chaveiro Estrela PT	95.000,00				
Chaveiro PT ret.	120.000,00				
Estrela Alumínio	40.000,00				
Estrela Metal Cola (peq)	55.000,00				
Estrela Metal Solda (peq)	60.000,00				
Estrela Metal Solda (med)	65.000,00				
Estrela Metal Cola (gde)	60.000,00				

PREENCHA O CUPOM ABAIXO E MANDE SEU PEDIDO

Nome: \_\_\_\_\_

End.: \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Apto.: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Entidade e/ou Nome do Resp.: \_\_\_\_\_

**Condições de pagamento à vista**

Acima de Cr\$ 4.000.000,00.....20% de desconto

Acima de Cr\$ 8.000.000,00.....25% de desconto

Acima de Cr\$ 20.000.000,00.....30% de desconto

**PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 30/08/93**



## NASSIF ENDOIDOU?

O ex-alternativo Luís Nassif, ou endoidou, ou virou golpista. Numa de suas colunas diárias na **Folha de S.Paulo**, ele sapecou o seguinte diagnóstico da crise nacional: "É impossível pensar em saídas para a crise com a manutenção das regras atuais do jogo democrático". E mais: "No fundo de alma de cada presidencialista - inclusive do PT - está a esperança de vencer a eleição através da manipulação da massa eleitoral. Depois, com a legitimidade conferida pelos votos, uma aliança com as Forças Armadas para impor seu projeto político".

A saída, segundo Nassif, seria "a interrupção momentânea das regras atuais do jogo político, que permita viabilizar as reformas essenciais. Trata-se da delegação de poderes, uma espécie de carta branca concedida pelo Congresso ao primeiro-ministro. Por exemplo, 60 dias de plenos poderes para o governo resolver a questão do encontro de contas do setor público. Se, nesse prazo, não se chegar a resultados concretos, cai o gabinete e coloca-se outro ministro no lugar".

Nassif lembra que este "modelo" exige enorme desprendimento político de todos os participantes do jogo. Por isso, "é condição prévia essencial que a pessoa que irá receber o cheque em branco assumirá compromissos públicos de que não irá se candidatar nem apoiar candidatos às próximas eleições presidenciais".

Este arrazoado todo pode ser resumido em uma palavra: golpe. Ou, para ser mais exato e honrar o economista Nassif, trata-se de um novo "modelo" de golpe: o golpe consentido a prazo fixo. Em defesa de Nassif, diga-se que este golpismo de gabinete está presente nos artigos e nas declarações de inúmeros articulistas da grande imprensa que, protegidos por generosos salários dolarizados, atacam o reajuste mensal e os "demagogos que dificultam a vida do ministro da Fazenda". Este raciocínio, que considera a defesa política dos interesses populares como demagogia e o "jogo político" como um obstáculo aos bem-intencionados técnicos, é uma constante nos tecnocratas, de Delfim até Zélia.

Noutros tempos, quando os porta-vozes da classe média começavam a clamar por governos fortes, colhemos ditaduras. Nassif devia saber disso.

VALTER POMAR

## Quem está por trás da tentativa de cassá-lo?

Sem a menor sobra de dúvida, as forças conservadoras do Paraná. Quando fui candidato, o TRE do Paraná fez uma oposição quase que partidária a mim, me tirando do ar e chegando ao absurdo de um juiz eleitoral colocar na televisão um manifesto político contra minha candidatura. Também estão por trás o José Eduardo de Andrade Vieira, do Bamerindus, o Jaime Lerner, todos os grupos ligados às tradicionais oligarquias. Agora as forças conservadoras pretendem retomar o poder. E há uma contradição ideológica e doutrínaria com o Judiciário. Não só porque eles pretendiam um salário que prejudicaria o conjunto dos trabalhadores do estado, mas também porque os juízes defendem uma intervenção pesada e violenta nas questões sociais, principalmente as que se relacionam aos problemas da terra. Eu acho que estas questões têm que ser abordadas pontualmente e sempre que possível - e é sempre possível - resolvidas de forma pacífica e tranqüila.

O senhor poderia explicar o caso Ferreirinha?

O Ferreirinha foi um dos 400 depoimentos que nós colhemos durante a campanha eleitoral. Pessoas que faziam depoimentos a respeito de fatos acontecidos no Paraná, depoimentos de apoio à nossa candidatura. Sobre os assassinatos de Assis Chateaubriand, o Ferreirinha é um dos nove que depuseram. Eles dizem que o Ferreirinha não existia. Eu nem entro no mérito desse processo. Durante a campanha eleitoral, você pode tomar os mais variados depoimentos. Agora, dois fatos: primeiro, o caso é verdadeiro; segundo, o Martinez levou 12 a 15 dias para responder. Os fatos nunca foram desmentidos, nem a violência dos Martinez na morte dos posseiros e dos antigos colonizadores que compraram terras no oeste do Paraná.

O senhor é tido como um político polêmico. Fale um pouco de sua trajetória no Paraná.

Eu não sou polêmico. Sou determinado. Eu entrei na política por horror aos políticos. Eu acredito que o político popular é um combatente. No momento em que esse combate termina, está se iniciando o período da conciliação com os poderosos. E a conciliação não agrada definitivamente mais a população brasileira. Então, como me confronto cotidianamente com grandes interesses, estou sempre estabelecendo polêmicas.

# ENTREVISTA



## REQUIÃO

De volta ao cargo de governador do Paraná, ele critica o Tribunal Regional Eleitoral que tenta cassar seu mandato

mente com grandes interesses, estou sempre estabelecendo polêmicas.

O senhor mantém uma boa relação com os sem-terra?

Sem sombra de dúvida. Eu não faço parte do movimento dos sem-terra, mas faz parte do meu ideário a execução da reforma agrária no Brasil. Eu acredito que o movimento sem-terra tem uma contribuição positiva, apesar de cometer erros, como o assassinato dos três policiais. Mas se a questão da terra não for agitada no Brasil desenvolvido, esta Bélgica que existe no meio da miséria, vamos esquecer que existe o problema da terra, da marginalidade de milhares de pessoas em relação ao mercado de trabalho, ao mercado de consumo, à cidadania, educação, saúde, cultura.

O senhor estabelece alguma relação entre as decisões

judiciais e as denúncias que o senhor fez contra o ex-governador Orestes Quércia?

Não, essa conexão causal eu não estabeleço. Mas estabeleço uma conexão entre uma devolução de um precatório de US\$ 200 milhões que eu recebi para pagar uma dívida que o estado nem tinha. Eu peticionei sete ou oito vezes, através da Procuradoria Geral do Estado, para que este precatório fosse arquivado, porque ele não tinha origem. Não fui atendido e devolvi o caso, pela imprensa, para o Judiciário. Tratando-se de dinheiro público, US\$ 200 milhões do povo do Paraná, eu acho que a questão devia ser levada ao conhecimento da população. Isso irritou profundamente o Sindicato dos Juizes, esta Associação de Magistrados, que achava que as decisões do Judiciário não podem ser discutidas publicamente. A

questão ideológica, a negativa do uso de violência desnecessária nas questões sociais, e uma visão conservadora e extremamente corporativa dos juizes foram o início de todo o processo.

O senhor acha que Quércia vai disputar a presidência da República ou o governo do estado de São Paulo?

Eu acho que politicamente ele está liquidado. E isto para mim é o mais importante. Acho que a Justiça tem um papel a cumprir, a polícia tem outro papel a cumprir nas investigações e tal, mas o meu papel, como um ator político nesse processo, é que o Quércia não tenha mais possibilidade de uma disputa nacional. Isso eu estou fazendo dentro do meu partido, do PMDB, esclarecendo, enfrentando sem hesitação todas as questões que são colocadas.

Como o senhor avalia as denúncias sobre esquemas eleitorais, como o caso Pau Brasil/Maluf? O que está errado, a legislação ou os políticos?

Eu acho que nós devemos fazer algumas mudanças na legislação. Mas essas mudanças não podem ser levadas no sentido de viabilizar que os grandes empresários do país tenham carta branca para financiar campanhas dos seus candidatos e comprar eleições no país inteiro. Eu nunca utilizei grandes esquemas, o Paraná inteiro sabe que não tenho ligação com grupo econômico algum. Eu compenso a absoluta falta de recursos com coerência ideológica e política, e uma grande agressividade na defesa dos meus pontos de vista.

O senhor já tem candidato para as eleições de 1994?

Eu não tenho candidato, mas certamente não vou ficar em cima do muro. Na eleição passada, no primeiro turno, votei para o meu partido, no doutor Ulysses Guimarães. No segundo turno, não hesitei um minuto em fazer nas ruas a campanha do Lula.

Passada essa disputa com a Justiça, qual será seu futuro?

Continuo no governo do estado do Paraná. Acho que fiz um bom governo e hoje estou festejando, comemorando uma pesquisa de opinião da CBPA, que me coloca na situação de ser um dos mais bem avaliados governadores do Brasil. Nosso governo está com 60% de ótimo e bom, 84% de aprovação, e este é um número invejável diante das dificuldades que todos os governadores enfrentam no país.

## AMIRAGEM DO MERCADO

de Wladimir Pomar

Durante três meses, Wladimir Pomar percorreu um trajeto que vai da Alemanha reunificada à Albânia — passando pela Polônia, Checo e Eslováquia, Hungria, Iugoslávia, Bulgária, Romênia e URSS.

A *miragem do mercado* é uma análise do processo de reintrodução do capitalismo naqueles países, suas contradições, seus limites e seus mitos.

Venda direta do autor para o leitor, com desconto sobre o preço das livrarias: apenas Cr\$ 300.000,00.

Preencha o cupom e envie-o juntamente com seu cheque nominal e cruzado a favor de Wladimir Pomar (R. Dr. Seng, 287, ap. 91, CEP 01331, SP/SP). Você receberá o livro em casa, por correio, remessa registrada.

Sr. Wladimir Pomar

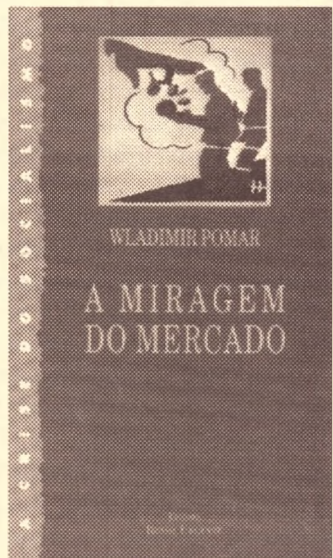
Peço que me envie \_\_\_\_\_ exemplar(es) de "A miragem do mercado".

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço para entrega: \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_





# MALUF TENTA O DESPISTE

*Acuados pela Receita,  
os malufistas atacam a esquerda e  
procuram alcançar a impunidade  
pela via da chantagem.*

Não há mais motivos para dúvidas. Longe dos olhos da sociedade, e em ambientes onde se gestou, em ocasiões históricas anteriores, está se desenvolvendo há algumas semanas um lance decisivo para o resultado das super-eleições do próximo ano, onde o povo teria outra vez a oportunidade de passar o país a limpo.

Em sua última edição, **Brasil Agora** destacava a oportunidade que se abria, a partir de certos desdobramentos do "Collorgate", para que a Justiça e a imprensa desfechassem em nosso país um movimento semelhante à "Operação Mãos Limpas", que prossegue na Itália. Víamos a possibilidade de seguir, partindo das pistas que o próprio PC Farias oferecia ao Judiciário, no esforço desesperado para não "cair sozinho", a longa trilha de corrupção eleitoral que há décadas macula o processo político em nosso país. Sustentávamos que os indícios de crimes eleitorais que se multiplicavam deviam ser investigados até o fim, sem complacência nenhuma.

Nas duas semanas que nos separaram daquela edição, uma seqüência impressionante de fatos novos se precipitou. Todos eles apontam para os esquemas impressionantes de corrupção nos quais pareciam ser outros os projetos eleitorais dos políticos conservadores. O episódio mais importante é de longe a identificação, a partir de investigação de rotina feitas pela Receita Federal, do "esquema Pau Brasil", através do qual o principal candidato da direita à presidência da República - o sr. Paulo Maluf - amealhava "doações" ilegais de empresas para as "caixinhas" que sustentavam suas campanhas eleitorais.

A auditoria que a Receita Federal passou a executar junto à Pau Brasil Engenharia e Montagens e a empresas a ela associadas - todas controladas por correligionários que desfrutam da intimidade do prefeito de São Paulo - revelou a existência de algo muito semelhante, tanto pelas somas envolvidas quanto pela gravidade dos crimes aparentemente cometidos, ao "esquema PC", que escandalizou a opinião pública e provocou a derrubada inédita de um presidente da República. A constituição ilegal das "caixinhas" somam-se provavelmente o tráfico de influências, e a transformação do patrimônio público em espólio de que se alimentam, em consórcio, políticos corruptos e grupos privados.

A partir de 19 de julho, no entanto, uma tentativa de contra-ofensiva malufista, que do ponto de vista de seu conteúdo é inteiramente vazia e inconsistente, ameaça embaralhar, se não as próprias investigações, ao menos o que delas chega à sociedade através da imprensa.

**CONTA-ATAQUE.** Nesse dia, noticiou depois a **Folha de S. Paulo**, uma reunião de assessores malufistas dirigida por Calin Eid (ele próprio um dos implicados nas irregularidades do "esquema Pau Brasil") definiu que a reação do candidato do PPR à presidência da República seria desfechada a partir de dois movimentos. O primeiro era tentar caracterizar as acusações a Maluf como parte de um movimento armado por militantes do PT "infiltrados" na Receita Federal. O segundo era tentar caracterizar o conjunto de práticas que vinham à tona nas investigações como algo que, se não era legal também não era "atípico".

Servindo-se de uma linha de ação também nisso semelhante à de PC, era como se o malufismo chantageasse a Justiça, a imprensa e a própria sociedade, e "exigisse" o perdão para os atos ilegais que praticara, sob ameaça de revelar práticas igualmente ilícitas adotadas por outras forças políticas.

Matérias publicadas com pouco destaque pelos jornais passaram a noticiar "recados" que conhecidos malufistas enviavam, nos bastidores do mundo político, a personagens como o ministro Fernando Henrique Cardoso. Numa de suas idas ao Congresso Nacional, o ministro da Fazenda teria ouvido de um deputado do PPR, por exemplo, a ameaça de serem expostos à opinião pública as irregularidades que supostamente teria praticado na campanha eleitoral de 1986, e que envolveriam, tanto quanto o "esquema Pau Brasil", o uso em benefício próprio dos interesses e do patrimônio da Cosipa.

Seguindo fielmente os planos traçados na reunião presidida por Calin Eid, o malufismo passou a lançar em paralelo ataques públicos a alguns dos símbolos da esquerda: em especial a CUT, ao PT e a Lula, seu presidente. Destacaram-se, entre estas investidas, a tentativa de apontar a existência de um "esquema sindical" que transferiria da CUT para a candidatura de Lula 50 milhões de dólares ao ano; o esforço para "descobrir" a contribuição ilegal de uma empresa paranaense à campanha de candidatos petistas às eleições de 1992; e a "denúncia" de uma "ajuda" também ilegal que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo teria dado ao mais recente programa gratuito de televisão do PT.

**IMPRESA.** Todas essas supostas "irregularidades" foram prontamente rebatidas (veja boxe). O alcance da manobra malufista teria sido mínimo se ela não contasse com evidente apoio da maior parte dos grandes veículos de comunicação. Enquanto os noticiários televisivos de maior audiência ignoravam por completo o "esquema Pau Brasil", assim como fizeram com o "esquema PC" até que o impeachment de Collor se tornasse inevitável, os jornais diários e as revistas de circulação nacional apressavam-se em apresentar a série de denúncias como fruto de uma disputa entre partidários de Lula e de Maluf. "Maluf x PT: é pau puro", estampou emblematicamente em manchete, no dia 23, o **Jornal da Tarde**.

Ainda mais afrontoso à verdade é o tratamento dado à série de episódios pela revista **Isto É** na edição que circulou com data de 28 de julho. Fingindo desconhecer a natureza diversa dos acontecimentos em questão (no caso da "Pau Brasil" trata-se de investigações conduzidas de forma oficial, e a partir de provas concretas e evidentes,

pela Receita Federal, pela Procuradoria Geral da República e pela Polícia Federal; no das "denúncias" malufistas, de especulações lançadas por figuras políticas de passado moralmente desabonador, como o ex-prefeito de São Paulo, Miguel Colassuono), a revista chega ao extremo de dar mais destaque aos boatos que aos fatos.

Fiel servidora, comenta-se há muito, do quercismo, **Isto É** parece ter adotado uma linha de divulgação oportunista dos fatos também seguida, em maior ou menor grau, por outros órgãos. O comportamento desta parte da imprensa representava, no final de julho, uma séria ameaça tanto à apuração rigorosa de crimes eleitorais gravíssimos quanto à punição de seus culpados.

Prova disso é o amplo destaque que passaram a ter, mais ou menos a esta época, propostas como a da diretoria da Fiesp, que quer a redação de uma nova lei eleitoral para "legalizar" a constituição de "caixinhas" eleitorais pelas empresas, e em consequência tornar "lícita" a manipulação das eleições. Ou a grande repercussão, na imprensa, dos artigos e comentários de Ney Figueiredo, um assessor da Confederação Nacional da Indústria que já sustenta a concessão de anistia aos que praticaram crimes eleitorais, entre eles o próprio "PC" e os envolvidos no "esquema Pau Brasil".

**CORPO MOLE.** Em consequência talvez da cobertura que parte da grande imprensa parecia disposta a dar aos crimes eleitorais, funcionários públicos de alto escalão, em cujas mãos repousa parte das responsabilidades pelas apurações, passaram a adotar comportamento no mínimo estranho. No dia 26, por exemplo, quatro procuradores da República lotados em São Paulo e destacados para acompanhar o caso, denunciavam que o superintendente da Receita Federal em São Paulo, Jefferson Salazar, tentava negar-lhes acesso ao "livro dos cheques" do esquema "Pau Brasil".

Ao fechamos esta edição, parecia haver riscos concretos da chantagem malufista obter sucesso, e de, mais uma vez, a apuração de crimes fiscais e eleitorais perder-se num cipó de despatamentos e protelações. Pairaria nesse caso, no entanto, devido à própria dimensão que os casos já haviam assumido, a ameaça grave de desmoralização não apenas da Justiça, mas do próprio processo democrático. Mais que nunca, por isso, parecia ser inadiável desfechar um movimento por uma "Operação Mãos Limpas", capaz de estabelecer a verdade - doa a quem doer - sobre as práticas corruptas que parecem cercar as eleições brasileiras.

ANTONIO MARTINS



## AS "TRÊS MARACUTAIAS" DO PT

O esforço dos malufistas em lançar "denúncias" contra a esquerda e desviar as atenções que a opinião pública passou a concentrar nas investigações do "esquema Pau Brasil" havia resultado, até o dia 27, em três acusações essenciais:

1. A "conexão CUT-PT": Matéria paga publicada em 21/7 pelo líder de Maluf na Câmara Municipal de S. Paulo, Miguel Colassuono, acusou a CUT de receber irregularmente do exterior, a cada ano, 50 milhões de dólares, e de empregar "1.300 advogados, 400 economistas e 800 jornalistas". Também insinuou que parte dos recursos era repassada ao PT. A CUT e o PT responderam no mesmo dia. Lembraram que 50 milhões de dólares são o Orçamento da central, do qual uma parcela reduzida é proveniente de convênios com o exterior - todos rigorosamente legais. Acrescentaram que o número de profissionais citados por Colassuono refere-se ao mantido por 1.900 sindicatos filiados à CUT. Negaram que um único centavo seja transferido ao PT. E puseram-se à disposição para qualquer auditoria da Receita, da Justiça ou do Legislativo.

2. O "crime do taxi aéreo": Assessores de Maluf apresentaram no dia 24 fac-símile da nota fiscal do frete de um taxi aéreo em 11 de julho de

1992. O avião conduziu Lula, que participava da campanha eleitoral para prefeito, de Londrina a Curitiba. Dizia a nota que a despesa havia sido paga por uma empresa - a Norplan Salles -, o que caracteriza crime eleitoral. Dois dias depois o Diretório Municipal do PT de Londrina apresentou o cheque 102775, do Banco Mercantil do Brasil, com o qual foi na verdade pago o aluguel. Emitido por um dos coordenadores da coligação "Londrina na Frente", revela que o gasto foi pago pelos partidos que a compunham. A Norplan constava da nota por erro do emitente.

3. A "fraude do programa eleitoral": Em 26 de julho um vereador e um deputado estadual por S. Paulo, malufistas (e ligados ao PTB), pediram ao TRE de S. Paulo que investigasse suposto uso, pelo PT, de recursos do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Alegaram que o último programa do partido no horário eleitoral na TV foi produzido gratuitamente pela TVT, que pertence ao sindicato, o que caracterizaria o favorecimento. Poucas horas depois o secretário-geral do PT, Gilberto de Carvalho, apresentou cópia do contrato de serviço, estipulado em 41.756 dólares, e comprovante do pagamento das duas parcelas já vencidas.

A.M.

# IGUALZINHO A PC FARIAS

*Tesoureiros de Maluf praticaram crimes eleitorais diversos, tráfico de influências, sonegação e remessas ilegais ao exterior.*

A imprensa, o Congresso Nacional e o Poder Judiciário demoraram cerca de dois anos - de 1990 a 1992 - para desvendar a extensa lista de crimes contra as leis eleitorais e o patrimônio público cometidos por Fernando Collor de Mello, PC Farias e a rede de comparsas de ambos. Os auditores da Receita Federal em São Paulo parecem ter precisado apenas de uma "blitz" nos escritórios da Pau Brasil Engenharia e Montagens para descobrir um conjunto idêntico de delitos cometidos por correligionários de Paulo Maluf.

É provável que o conjunto dos fatos que vieram à tona acabe revelando, em breve, que manipular as eleições, fabricar vitoriosos e depois montar conluios com eles para traficar influências e assaltar o patrimônio público tornou-se prática corriqueira para as elites brasileiras.

A parte do episódio que é de conhecimento da opinião pública tem início em 30 de junho. Através de um programa de fiscalização que procura identificar empresas que migram constantemente entre diversos municípios, procurando despistar o Fisco, técnicos da Receita depararam com o caso da Pau Brasil Engenharia e Montagens, então instalada em Santo André, ABC paulista. A empresa é controlada pelo pianista e empresário João Carlos Martins, que faz questão de se identificar há anos como "malufista".

Uma "blitz" da Receita, realizada naquela data, resultou na apreensão de pilhas de documentos e de um conjunto de disquetes de computador, e começou a pôr a nu fatos muito curiosos. Apesar de firmar contratos que alcançavam a cifra dos milhões de dólares, a Pau Brasil mantinha um escritório de apenas 15 metros quadrados, equipado só com uma mesa, uma cadeira e um telefone. Era provavelmente uma "empresa de fachada", que servia para acobertar negócios escusos.

**PC DE MALUF.** Até 14 de julho, as verdadeira dimensões alcançadas pela investigação permaneceram sob o conhecimento restrito dos técnicos da Receita. Nessa data, o colunista Zóximo, do **Globo**, publicou uma pequena nota afirmando que o conteúdo do material apreendido poderia vir a desmascarar o "esquema PC" de Paulo Maluf. No dia seguinte, o assunto estourou em todos os grandes jornais.

Um dossiê redigido pelos auditores, anunciavam eles, havia relacionado um enorme conjunto de irregularidades. Em primeiro lugar, tanto a Pau Brasil quanto a FMG - que tinha sede na sala ao lado e era dirigida por Calin Eid, notório tesoureiro das campanhas malufistas - pareciam ter como cliente principal a estatal Cosipa - Cia. Siderúrgica Paulista. Mantinham com esta

curiosos contratos de "limpeza industrial", que haviam somado em apenas dois anos - de março de 1991 a março de 1993 - 4 milhões de dólares.

Um segundo foco de denúncias estava nos disquetes apreendidos. Apenas um deles, cujo código de acesso havia sido decodificado pela Receita, continha registros de 99 notas fiscais "frias", emitidas em nome de inúmeras empresas, e que acusavam o recebimento, pela Pau Brasil, de cerca de 30 milhões de dólares.

O conteúdo exato do dossiê jamais foi divulgado, apesar da **Folha** ter garantido, na edição de 15.07, que "teve acesso a ele". Todos os jornais, no entanto, garantiram que as notas frias serviam para cumprir papel idêntico às fornecidas pelo "esquema PC" a empresas que haviam feito "doações" ilegais às "caixinhas" de sucessivas campanhas eleitorais de Fernando Collor. No caso da Pau Brasil, elas "legalizavam" o financiamento ilícito às campanhas de Maluf para governador (em 1990) e prefeito de São Paulo (em 1992). Os fatos comprovavam uma tese sustentada há tempos pelas forças de esquerda: a prática de fraudes contra a lei eleitoral, que proíbe pessoas jurídicas de fazer "doações" a partidos e candidatos, estava disseminada entre as elites brasileiras. "Ao mesmo tempo em que gritava contra Collor e PC, Maluf adotava em São Paulo práticas idênticas às deles", gosta de lembrar o deputado José Dirceu (PT-SP).

**SONEGADORES.** A emissão de notas frias caracteriza, tanto para quem as lança quanto para quem as recebe, crime contra a ordem tributária, enquadrada pela Lei 8.137 ("do colarinho branco"), que prevê penas de dois a cinco anos de reclusão. Foi com base nesse diploma legal que o secretário nacional da Receita, Osiris Lopes Filho, prestou ainda em 15 de julho as primeiras declarações que dão caráter oficial às investigações sobre as "caixinhas" de Maluf. Ouvido pelos jornais, Osiris confirmou que a Pau Brasil, a FMG e a Entersa, também associada a elas, sofriam investigação da Receita, por haverem sido encontrados indícios claros de que sonegavam impostos.

Um dia depois, foi a vez da Procuradoria da República em São Paulo determinar oficialmente à Polícia Federal que abrisse inquérito para apurar as denúncias. A gravidade do assunto transparecia no próprio texto da ordem emitida pela procuradoria: "Os fatos constituem delito de grande magnitude contra a ordem tributária, com envolvimento de outras empresas com diversos crimes conexos". Cinco procuradores foram especialmente destacados para acompanhar as averiguações, e a procuradoria começou a requisitar do superintendente da

Receita em São Paulo o conjunto dos documentos apreendidos. No dia 19, pediria ao Banco Central a quebra do sigilo bancário da empresa, e o rastreamento de suas contas correntes. Informações adicionais publicadas pelos jornais comprovava, com fartura de dados, as ligações entre a empresa de João Carlos Martins e o esquema político de Maluf. Em 16 de julho, **O Estado de S. Paulo** revelou que o próprio aluguel da casa onde está instalada a sede do PPR em São Paulo é pago pela Pau Brasil. Um dia depois, foi a vez da **Folha** noticiar que um ex-cabo eleitoral malufista, Maurício Câmara, havia entregue à procuradoria 165 fotocópias de cheques, recibos e notas fiscais comprovando pagamento, sempre pela Pau Brasil, de despesas das campanhas eleitorais malufistas.

**ATÉ NARCOTRÁFICO.** Ossinais de prática de tráfico de influências passaram a surgir no dia 22. Segundo a **Folha**, que parecia divulgar a conta-gotas as informações de que dispunha, os documentos em poder da procuradoria revelam que além de recolher contribuições ilegais de empresas o "esquema Pau Brasil" facilitava a assinatura de contratos entre certas empreiteiras e a Telesp, e recebia das beneficiadas polpudas "contribuições".

A principal implicada era a Construtora Schaim Cury, que coincidentemente figura ao mesmo tempo como uma das principais empresas envolvidas no "esquema PC". Ela teria sido beneficiada por nada menos de 22.038 contratos com a Telesp - todos feitos sem licitação. Os disquetes apreendidos na Pau Brasil pela Receita teriam simultaneamente apontado a Schaim Cury como responsável por polpudas contribuições à própria Pau Brasil e à Entersa.

O terceiro elo da corrente apontava para mais um ponto de contato entre os esquemas "PC" e "Pau Brasil". O diretor da Telesp que havia firmado os contratos com a Chaim Cury era Geraldo Lucas Curvío, nomeado por influência de Leopoldo Collor e que, sempre de acordo com a notícia, serviria a ambas as articulações corruptas.

Entre 24 e 25 de julho surgiram, por fim, os indícios de remessas irregulares de divisas ao exterior. Entre março e abril de 1991, a Pau Brasil teria expatriado cerca de 870 mil dólares, através de canais abertos pela Swift Financial Corporation, uma empresa com sede no paraíso fiscal de Tortola, nas Ilhas Virgens Britânicas.

Sintomaticamente, a Swift era a mesma companhia usada pelo "esquema PC" para remeter dólares ao exterior e estava envolvida, assegurava a **Folha**, com "o maior esquema já descoberto pelo Banco Central para a remessa de dinheiro das fraudes contra o INSS, de golpes contra o mercado financeiro, de contrabando e, segundo suspeitas do governo, até do narcotráfico".

O deputado José Dirceu, que até o dia 28 já havia feito contra o prefeito Paulo Maluf duas denúncias de crime eleitoral - uma no Tribunal de Contas da União, outra no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo -, considerava que o conjunto de delitos praticados pelo "esquema Pau Brasil" justificava "a constituição de uma CPI, a decretação de impeachment e a cassação do mandato". Restava saber-se, e com que grau de profundidade, as investigações prosseguiriam.

A.M.



# Lágrimas de crocodilo

*Os assassinos já eram conhecidos das autoridades. E continuavam soltos.*

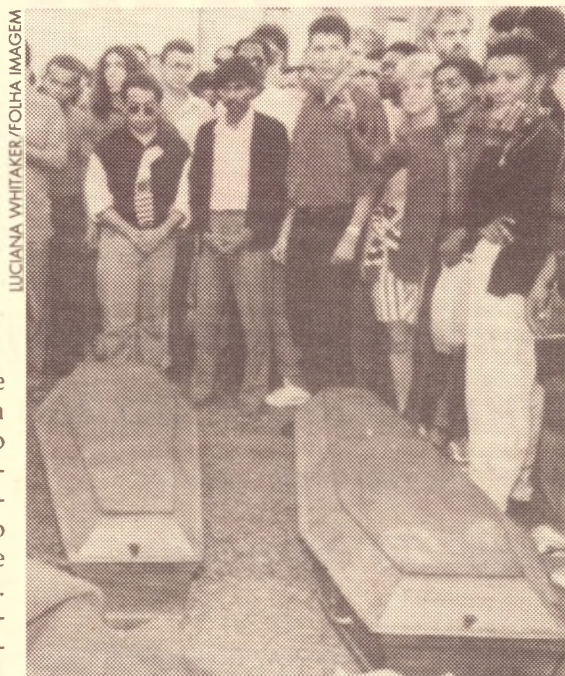
**F**uturo. O que tem essa palavra a ver com a vida dos meninos e meninas de rua do Rio de Janeiro? Por ironia do destino, é o nome do articulador estadual do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, no Rio de Janeiro: Antônio Futuro. E o futuro para ele não é nada promissor. Não acredita nem mesmo que haverá qualquer mudança significativa "dessa história", da maneira como são tratados, mesmo depois da repercussão mundial da chacina dos sete meninos do Rio, ali ao lado da Igreja da Candelária, centro da cidade.

Para ele, a repercussão do caso não vai provocar o que seria importante: a mudança do sistema econômico que marginaliza grande parte da população. Depois de baixar a poeira, deve continuar tudo a mesma coisa, diz, lembrando que a política para o menor está cada

vez pior do que já era, com a Secretaria do Desenvolvimento Social do município do Rio nas mãos de Laura Carneiro. Sobre essa reação momentânea aos assassinatos, ele lembra que os três acusados presos já eram antes indicados pela CPI do Extermínio, como exterminadores. Precisaram cometer esse crime que foi exposto ao mundo, por ser no centro do Rio, para serem presos. E os outros exterminadores? Terão que cometer "erros" desse tipo (crimes visíveis demais) para serem presos também?

**NÚMEROS.** Ivanir dos Santos, secretário-executivo do Centro de Articulação da População

Marginalizada (Ceap), referenda esta visão. Primeiro, diz ele, esta não é a primeira chacina do tipo: em 1990 houve o "Caso Acari", com 11 assassinados, entre eles 8 menores; em 1991, na favela Nova Jerusalém, em Duque de Caxias, houve uma chacina semelhante com seis mortos e um sobrevivente; em dezembro do ano passado, na favela Mandala, no Engenho Novo, houve uma matança de seis menores. Por todos esses crimes não há um único preso.



**Manifestação contra chacina de menores de rua em Caxias**

LUCIANA WHITAKER/FOLHA IMAGEM

E mais: só este ano, diz Ivanir, de janeiro a junho, foram mortos 320 menores no estado do Rio. No ano passado foram 424 assassinados. Mas a Igreja da Candelária é importante demais e fica no coração financeiro do Rio. Daí a repercussão. E por parte do governo estadual só agora, no rastro da chacina, os assassinatos tornaram-se "prioridade falsa e oportunista". Atendendo aos interesses da indústria hoteleira e do turismo, a própria solução que o governo apresenta é a mera internação dos menores. Não se fala em uma política para manter o menor em casa, em uma postura nova frente ao problema, restaurando a dignidade, mantendo as crianças na comunidade e na escola. "É prender ou não." Para essa política, comenta Ivanir, conta-se com o apoio de "um juiz retrógrado, Libório Cerqueira, que vê como única maneira de tratar o garoto a reclusão".

**CULPA DE QUEM?** Desta vez não estão culpando as vítimas por suas próprias mortes: culpam os amigos das vítimas. Com o apoio do governo, difunde-se uma história de que organizações não governamentais (ONGs) recebem dinheiro do exterior para cuidar dos menores e não o fazem. Mas isso é função delas? Os governos federal e estadual receberam rios de dinheiro de organismos internacionais,

para cuidar dos menores, diz Ivanir. E eles sim, inventaram ONGs fantasmas, monstruosas, para receber esse dinheiro.

Almir Pereira Jr., do Ibase-Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (ONG presidida por Betinho) -, autor de um livro sobre o assunto, *Vidas em risco*, baseado numa pesquisa feita há dois anos, diz estar confuso. "Dava a impressão de que esse caso ia ser igual aos outros", afirma, mas acredita que as investigações estão andando. O problema, segundo ele, é o tipo de discussão que está sendo feita. Em vez de soluções mais eficazes (ele cita o projeto Axé, de Salvador, como exemplo), o próprio presidente da República só fala em internar os menores. Ele também critica a campanha feita contra as ONGs e pergunta: "Por que não dão os nomes das ONGs que não trabalham sério? E por que não investigam isso a sério?" No fim, acredita, vão tentar jogar a poeira para baixo do tapete mais uma vez, mascarar o problema.

Enquanto a nação fica nesse sentimento de culpa, sua única reação, diz Almir, a política econômica (e a irresponsabilidade das autoridades) vai mandando outras crianças e outros adultos para a rua. Conforme acredita Ivanir dos Santos, logo haverá outras chacinas, para mais comoção e para continuar ficando tudo por isso mesmo.

**MOUZAR BENEDITO**

## O SOM NA MEDIDA DE SUA NECESSIDADE

A **DISKSOM** produz equipamentos de qualidade para serem usados em qualquer ambiente, parado ou em movimento. O funcionamento é muito simples, funciona com a bateria do carro e você investe pouco e uma vez só.

GARANTIA DE 180 DIAS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

DESENVOLVEMOS  
PROJETOS E MONTAGENS  
ESPECIAIS PARA ÔNIBUS,  
CAMINHÕES COM VÍDEO  
E AUDITÓRIO.

**CONVERSE CONOSCO**

VADO OU VANESSA  
FONE (011) 34.7244

**DISK SOM**

COMÉRCIO E MANUTENÇÃO

**KOMBI**

1.080 WATS DE POTÊNCIA. DUPLO DECK,  
MICROFONE, CAIXA INTEGRADA COM 6  
SAÍDAS QUE SERVE COMO PALANQUE.  
POSSIBILIDADE DE UTILIZAR GABINETE PARA  
SONORIZAR AUDITÓRIOS.



RUA SILVEIRA MARTINS, 12 - CENTRO, PRÓXIMO À PRAÇA DA SÉ - SÃO PAULO/SP - FAX (011) 35.0717





MEIOS DE COMUNICAÇÃO  
OCUPAÇÃO DA TV

# O dia em que a Manchete deu Ibope

*Empresários amparados por mamatas e mutretas disputam a emissora, que bateu recordes de audiência com a ocupação por funcionários em greve.*

**M**á administração, atraso de salários e não pagamento de encargos salariais, negócios ilícitos e impunidade, dívidas superiores a 200 milhões de dólares, troca de grupos controladores para fins de uso político. Inúmeras greves em todo país. Esta é a crise da Manchete.

O auge: dia 16 de julho, quarenta funcionários invadiram a torre transmissora da rua Bruxelas, em São Paulo. Durante mais de 15 horas fizeram uma transmissão independente em defesa dos seus interesses. Na primeira meia hora colocaram a emissora fora do ar, depois explicaram o porquê e, finalmente, divulgaram o movimento: atraso de salários, descontos sem pagamento de FGTS, IR e INSS. E fizeram denúncias que servem para todos os meios de comunicação: centralização da programação na cabeça de rede, restringindo o mercado de trabalho local e limitando a maior democratização das informações e manifestações culturais.

Os microfones da Manchete foram abertos a vários apoiadores do movimento, políticos e dirigentes sindicais, em defesa dos trabalhadores, da liberdade de expressão e da democracia nos meios de comunicação. O Ibope da Manchete, que normalmente é de 4 pontos, subiu para 20. No horário de pico chegou a 22 pontos. A invasão ocorreu porque a direção da empresa anunciou, no início de julho, a desativação da produção em São Paulo, onde só seria mantido o jornalismo. Os funcionários seriam reduzidos, de 750 para 150. Os trabalhadores reiteraram: querem auditoria e intervenção do governo na empresa, incapaz de se administrar, seja através de Adolfo Bloch ou de Hamilton Lucas de Oliveira.

Além das greves em todas as praças, nos diversos estados, e mobilizações sindicais, a crise provocou a possibilidade da compra da Manchete com o objetivo de democratizá-la. No início do ano, chegou-se a um

esforço, através de um consórcio de trabalhadores, representados pela CUT, empresários e representantes da sociedade civil, para a compra da TV. A idéia era transformá-la em uma fundação, com igual participação financeira e no Conselho Curador, e desse modo geri-la e definir a sua programação.

Mas a idéia esbarrou nas pressões da ABERT e filiais (congêneres) e no governador Leonel Brizola, do Rio de Janeiro, que mobilizou recursos do Banerj, e sua influência, a favor de Adolfo Bloch. Através de uma liminar, Bloch retomou o controle da emissora, dia 22 de abril. Apesar de suas reiteradas promessas, a empresa não saldou as dívidas trabalhistas e muito menos as de mercado.

**CONCESSÕES.** O resultado imediato da crise da Manchete foi a reemergência do debate em torno da concessão pública e da democratização dos meios de comunicação. O problema é que o processo Manchete

é o processo Hamilton Lucas de Oliveira, da IBF - Indústria Brasileira de Formulários -, envolvido com PC Farias - acusado de tráfico de influência e corrupção, atualmente foragido da polícia.

Hamilton comprou várias empresas, entre elas a TV Manchete, a TV Jovem Pan, os jornais DCI, Shopping News, e a revista Visão. Seu objetivo era dar legitimidade, na mídia, ao chefe político, Collor de Mello. Como todas as empresas de comunicação sobrevivem de publicidades oficiais e subsídios indiretos do governo, como isenção de impostos e cálculos privilegiados ou barganha das taxas oficiais, em troca de publicidade, as empresas do grupo IBF implodiram em crises financeiras com o processo Collor-PC e o surgimento da luta pela ética na política. Segundo o presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Antonio Carlos Fon, "a torneira de recursos oficiais fechou".

Aliás, explicou ele, viver de

recursos oficiais "é a tônica das empresas de comunicação do país". Para que Hamilton se apropriasse da Manchete, Collor-PC fecharam as torneiras para Adolfo Bloch que, desde a década de 50, criou a revista Manchete, já "mamando nas tetas do governo Juscelino".

**TORNEIRAS.** Depois de fechadas as torneiras para a Manchete de Bloch e reabertas para a de Hamilton Lucas de Oliveira, elas foram novamente fechadas com a crise do governo Collor. Mesmo com a retomada de Bloch, com o apoio de Brizola, segundo Nilton de Martins, da diretoria do Sindicato dos Radialistas de São Paulo, as dívidas trabalhistas não foram salgadas.

Além do pagamento integral e não parcelado dos atrasados, os invasores da torre da rua Bruxelas reivindicam também a nomeação de um técnico do Ministério das Comunicações como curador da TV Manchete, sem Bloch nem Ha-

ilton Lucas de Oliveira.

Concessão pública: aos amigos do rei. Diga-se de passagem: não é qualquer um que pode ter uma empresa de comunicação no Brasil. Segundo a deputada Irma Passoni, da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação da Câmara, o interessado deve participar de um edital. Mas quem indica e praticamente decide o nome do felizarido é o presidente da República, que manda seu nome para a comissão que analisa e aprova o nome, que vai ao plenário do Congresso para decisão final. A deputada revela que 90% dos membros daquela comissão são donos de emissoras de rádio, TV ou de jornais.

**DEMOCRATIZAÇÃO.** A questão colocada hoje, portanto, é a democratização dos meios de comunicação. Um dos passos, segundo José Carlos Rocha, do Fórum pela Democratização dos Meios de Comunicação, é a implementação das orientações da Constituição de 1988, que prevê a criação do Conselho de Comunicação Social, com representantes dos trabalhadores, empresários e da sociedade civil. Outro passo, segundo ele, é a aprovação da Lei da Informação, elaborada pelo Fórum, atualmente em busca de 1 milhão de assinaturas para apresentação ao Congresso como iniciativa popular.

Nesta área, segundo o deputado federal José Dirceu, do PT, que apóia o projeto, o Brasil ainda está na pré-história. "Nos EUA, país símbolo do Primeiro Mundo, existem normas que controlam as TVs e os espectadores se organizam em entidades que pressionam os anunciantes", disse. Mesmo assim, nenhum grupo norte-americano pode ter a propriedade de mais de 12 grupos de TV, nenhuma rede nacional pode acumular índices superiores a 25% de audiência e ninguém pode ser dono de jornal, rádio e TV a cabo ao mesmo tempo, completou o deputado.

HAMILTON CARDOSO

## RURALS

# Luta por crédito no Sul

*Os pequenos agricultores querem recuperar a capacidade de produção e competição*

**A**nimados com a perspectiva da grande luta que se inicia, cerca de 80 dirigentes sindicais, dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, realizaram plenária dias 12 e 13 de julho, em Chapecó (SC), com o objetivo de decidir qual o crédito de investimento necessário à pequena propriedade da região Sul.

Essa luta por crédito, envolvendo mais de cem sindicatos, está sendo organizada pelo Fórum Sul, uma articulação dos Departamentos Estaduais e Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT, com o apoio e a participação ativa de vários movimentos e entidades ligadas aos pequenos agricultores.

O crédito de investimento

é fundamental para os pequenos agricultores, na atual conjuntura, porque precisam recuperar a capacidade produtiva de suas propriedades, para conseguirem custos baixos de produção e assim poderem competir com os médios e grandes produtores, inclusive os da Argentina.

Segundo dados do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (Deser), entidade que assessora os sindicatos rurais, o custo de produção da tonelada de milho na Argentina é de 75 dólares e, no Brasil, 113; do trigo, 102, contra 203 no Brasil.

Os pequenos agricultores da região Sul querem obter um programa especial de crédito

de investimento, do governo federal, com subsídio de 30 a 50% sobre o capital financiado, juros de até 6% ao ano e prazo de 2 a 6 anos, com carência mínima de um ano.

Durante a plenária do Fórum Sul, foram definidos os critérios de classificação do pequeno agricultor: quem trabalha com mão-de-obra familiar; aqueles que têm na agropecuária a sua principal fonte de renda; quem possui propriedade com área de até três módulos fiscais (um módulo varia de 10 a 30 hectares, dependendo da região); e quem consegue renda bruta anual equivalente a até dois mil sacos de milho.

A expectativa dos dirigentes é de mobilizar parte consi-

derável dos mais de um milhão de pequenos agricultores da região Sul, a partir de um intenso trabalho de base, com debates nas comunidades, propaganda em mais de 80 rádios, folhetos e outras formas de divulgação.

O resultado desse esforço de mobilização começará a aparecer dia 10 de agosto, nas três capitais do Sul, com manifestações onde se prevê a participação de centenas de agricultores.

**JORNADAS.** A luta por crédito no Sul integra-se às lutas desenvolvidas pelos sindicatos cutistas de trabalhadores rurais, há três anos, em vários estados das regiões Norte,

Centro-Oeste e Nordeste, por crédito com recursos de fundos constitucionais e reivindicações sobre saúde, previdência, reforma agrária.

Essas lutas acontecem em épocas diferentes, em função das peculiaridades de cada região, e são caracterizadas como jornadas nacionais, procurando integrar vários movimentos, entidades e sindicatos urbanos, em uma política ampla de alianças, desenvolvidas a partir de uma estratégia tirada pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) da CUT, no encontro de sua Direção Nacional, em setembro de 1991, em Praia Grande - SP.

MILTON POMAR

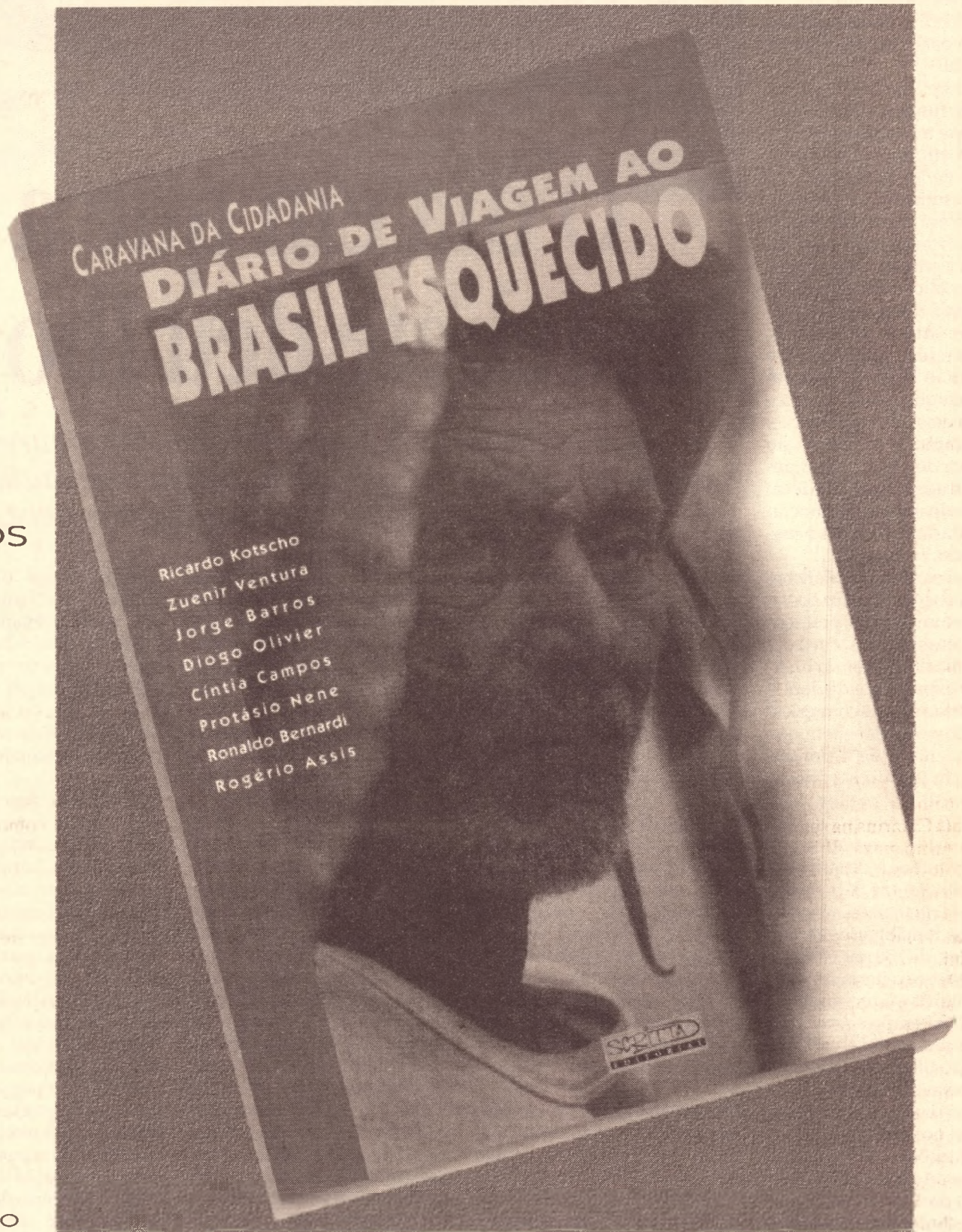


# Mais uma vez eles esqueceram DE CONTAR A HISTÓRIA INTEIRA

A Caravana  
da Cidadania  
agora em livro.  
A verdade  
sobre o  
trajeto da fome:  
4 mil quilômetros  
pelo Brasil  
esquecido  
por muitos.

**Com fotos  
exclusivas.**

Cr\$ 1.300.000,00  
válido para o mês de agosto



## Para Diretórios

Preencha em letra de forma. Envie cheque nominal e cruzado à Editora  
Página Aberta Ltda. Rua Dona Germaine Burchard, 286 — Perdizes —  
São Paulo — SP — cep 05002-061 — Fone: (011) 262-1155

Nome: .....

Endereço: .....

Cidade: ..... UF: .....

Para compra acima de 20 exemplares, 40% de desconto  
sobre o preço de Cr\$ 1.300.000,00

Quantidade: .....

Date o cheque corretamente.  
Ele só será depositado 30 dias após a data.  
**Promoção válida somente para o mês de agosto.**

## Compras avulsas

Preencha em letra de forma. Envie cheque nominal e cruzado à Editora  
Página Aberta Ltda. Rua Dona Germaine Burchard, 286 — Perdizes —  
São Paulo — SP — cep 05002-061 — Fone: (011) 262-1155

Nome: .....

Endereço: .....

Cidade: ..... UF: .....

Quantidade: .....

Date o cheque corretamente.  
Ele só será depositado 30 dias após a data.  
**Promoção válida somente para o mês de agosto.**

**SCRITTA**  
EDITORIAL



## DINAMITE

Os trabalhadores da CBCA (Companhia Carbonífera de Araranguá), em Santa Catarina, conseguiram evitar a troca da administração da empresa, há seis anos sob o comando dos próprios mineiros. No dia 19 de julho, o juiz Luiz Fernando Boller decidiu mudar o síndico da massa falida da CBCA, passando a administração para a Mineração Pérola. A reação foi imediata. Mais de 200 mineiros ocuparam as minas, em Forquilha, próximo a Criciúma. Eles evitaram a entrada dos novos administradores, que chegaram a cercar o local com a ajuda de capangas, conforme denúncia do Sindicato dos Mineiros. Houve confronto e até tiros disparados por um dos capangas. No dia 20, os mineiros ameaçaram colocar tudo pelos ares, com a ajuda de 1.980 dinamites - algumas inclusive amarradas em torno dos corpos dos trabalhadores.

## COOPERATIVA

O deputado estadual Milton Mendes de Oliveira e a deputada federal Luci Choinaski, ambos do PT, acompanharam as negociações entre os mineiros da CBCA, o governo e a Justiça. Milton conseguiu do secretário de Segurança, Sidney Pacheco, a garantia de que não haveria intervenção da PM antes de se estabelecer o diálogo com o sindicato. Conforme o acordo entre o juiz e os empregados da CBCA, estabelecido no dia 21 de julho, foi designado um síndico de consenso, o atual gerente da massa falida, engenheiro Carlyle Menezes. A Pérola não está mais na posição de arrendatária. Os mineiros querem continuar à frente da CBCA através de uma cooperativa dos mais de 500 funcionários da empresa.

## PRECONCEITO

O vice-presidente do Grupo Gay da Bahia, Huides Cunha, esteve em Santa Catarina na segunda quinzena de julho para divulgar o projeto "Holocausto Gay". Através desse projeto, são denunciadas as barbáries cometidas contra os homossexuais no Brasil, onde atuam grupos de extermínio, responsáveis pela morte de 1.200 pessoas nos últimos dez anos - só em Florianópolis, de 1986 para cá, foi morto um homossexual por ano, segundo dados da Associação Catarinense de Defesa dos Direitos dos Homossexuais. Além da denúncia da *homofobia* (aversão a gays), Huides percorre o Brasil para sensibilizar os políticos para o apoio a emendas às Leis Orgânicas Municipais e às Constituições Estaduais, proibindo a discriminação por orientação sexual.

## REQUIÃO

A grande imprensa não destacou, mas o PT do Paraná, que é oposição ao governo de Roberto Requião, repudiou em nota pública a cassação do mandato do governador. Segundo a nota do PT, "trata-se de um golpe de filiação claramente reacionária, que beneficia banqueiros e colossos". Reconhecendo que "os fatos indicam que houve um crime eleitoral (o caso Ferreirinha) na campanha de Requião ao governo do estado", o PT paranaense considera que o TRE "teria todas as condições de ter julgado o caso antes mesmo de Requião tomar posse. Não o fez, porém: esperou todo esse tempo, realizou um processo sob segredo de justiça (com a sociedade excluída do acesso aos fatos apurados) e, assim, permitiu que sua decisão pudesse ser questionados os seus móveis políticos".

## EM CAMPANHA

O PT mineiro programou para o mês de agosto encontros regionais, municipais e setoriais para iniciar a formulação do programa de governo para o estado. Já existe uma co-



# A C O N T E C E NOS ESTADOS

missão de programa, escolhida na última reunião do Conselho Deliberativo do PT mineiro. Formada por membros do partido e porteiros das áreas consideradas prioritárias, esta comissão irá sistematizar as contribuições surgidas nos vários encontros.

## PRÉVIAS MINEIRAS

Os pré-candidatos ao governo do estado de Minas Gerais, ao Senado e às vagas de deputado estadual e federal deverão se inscrever até o dia 30 de setembro. As prévias para a escolha dos candidatos ao governo e ao Senado acontecem no dia 15 de novembro.

## CONTRA-INFORMAÇÃO

Primeiro foi o boletim informativo *Agem fax*, que numa de suas edições diárias informou que Telma de Souza, ex-prefeita de Santos, havia abdicado de sua pré-candidatura ao governo de estado de São Paulo. A barriga foi retificada, dias depois, pelo próprio *Agem fax*, que responsabilizou pelo equívoco "fontes do pró-

prio partido". Depois foi a vez da *Carta Política* informar que "o deputado José Dirceu vai desistir de disputar a indicação do PT para candidato a governador de São Paulo". Outra barriga: Dirceu, como Telma, é candidatíssimo. Ou melhor: ambos são pré-candidatíssimos. Pra dar e vender

A sucessão de Íris Resende, governador de Goiás, promete ser animada. No PMDB, há pelo menos cinco pretendentes: o ex-prefeito de Goiânia, Nion Albernaz; o secretário estadual de Transportes, Naphtali Alves; o vice-governador Maguito Vilela; o deputado estadual Rubens Cosac; e o deputado federal Alei Margon. Pela extrema direita, há a deputada Lúcia Vânia (Partido Progressista), que tenta atrair o apoio do PPR e de outros partidos para sua candidatura.

## PRÉVIAS GOIANAS

Athos Pereira vai disputar a prévia que definirá o candidato do PT ao governo de Goiás. Até agora, ele é o único que já marcou o lançamento de

sua pré-candidatura. No PT, há outros nomes sendo cogitados para disputar a prévia (e o governo): Pedro Wilson, vereador em Goiânia e candidato a prefeito em 1988; Luís Antonio de Carvalho, empresário e candidato a prefeitura de Anápolis em 1988; e os deputados estaduais Osmar Magalhães e Rubens Otoni. Qualquer que seja o candidato, a expectativa do PT é reproduzir a frente que elegeu Darci Acorsi à prefeitura de Goiânia: PT, PCdoB, PSDB e PSB.

## PELA BASE

O governador do Mato Grosso do Sul, Pedro Pedrossian (PTB), trabalha por um candidato único dos conservadores à sua sucessão. Seu preferido é João Leite Schmidt, ex-chefe da Casa Civil de Marcelo Miranda, governador nomeado em 79-80 e reeleito em 86-90, quando Schmidt foi para o Tribunal de Contas do estado. O ex-chefe da Casa Civil não aparece nas pesquisas de intenção de voto, onde Wilson Martins (PMDB) tem 35% das intenções, seguido por Ludi Coelho (ex-PTB, hoje PSDB), com 24%. O deputado estadual José Orsini Miranda dos Santos, o *Zeca do PT*, tem 17% em Campo Grande e 9% em todo o estado. A expectativa do PT é a eleição de pelo menos 4 deputados estaduais e 1 federal.

## DANÇA DAS CADEIRAS

A direita pernambucana trabalha por uma composição entre o PMDB e o PFL. Enquanto isso, a Unidade Popular-frente composta basicamente pelo PDT e PCdoB - vem fazendo encontros regionais por todo o estado. A expectativa do PDT, naturalmente, é fazer com que Arraes apoie Brizola. Mas há sinais de que o "velho" possa apoiar o sapo barbudo. Enquanto isso, a ABONG - Associação Brasileira de ONGs - está promovendo um ciclo intitulado "Repensando Pernambuco: um debate no campo progressista". E o PPS realizou duas reuniões com o PMDB e com o PSDB.

Em todas estas iniciativas, tem ficado claro que as definições estaduais dependerão dos apoios que se articulam às diferentes candidaturas presidenciais.

## ATENTADO EM OLINDA

Os militantes do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Jayme Benvenuto e Valdência Brito, do Centro Luiz Freire, de Olinda, Pernambuco, estão sendo ameaçados de morte.

No dia 23 de julho, às 20 horas, quando chegava em casa, Jayme estacionou seu carro para abrir a garagem. Um automóvel chevette estacionou em seguida, ocupado por dois homens. Um deles ordenou a Jayme que ficasse parado. Jayme voltou para o seu carro. Um dos homens, então, atirou contra ele, atingindo a porta direita do seu carro e fugindo em seguida.

Jayme procurou, em seguida, a delegacia mais próxima e prestou queixa. É possível que as ameaças de morte estejam ligadas às denúncias que o Centro Luiz Freire vêm fazendo, ultimamente, contra um esquema de corrupção no Poder Judiciário de Pernambuco, envolvendo 11 juízes do Tribunal de Justiça e também juízes singulares.

## NÓS QUEM, CARA-PÁLIDA?

Roberto Freire virou *out*. Durante a SBPC, numa palestra sobre a revisão constitucional, ele foi vaiado. O motivo foi uma despretensiosa frase emitida pelo ex-comunista e atual líder do governo Itamar no Congresso. A saber: "Nós, de esquerda..."

## HAMILTON CARDOSO E VALTER POMAR

Colaboraram Cláudio Schuster, Linete Martins (Santa Catarina) e AGEN

## SEJA REPRESENTANTE DO BRASIL AGORA

O jornal *Brasil Agora*, em fase de expansão, procura vendedores com alguma experiência para atuação nas capitais e interior dos estados. Possibilidade de bons ganhos. O jornal garante apoio operacional. Procure o coordenador do seu estado.

MG	Antonio Borges	(031)222.3735
NORDESTE	José Vital	(085)252.1992
PA	José Maria	(091)224.8579
RJ	Paulo Soldano	(021)242.0793
RS	Moisés Balestro	(051)221.7733
SP E OUTROS	Odette	(0800)11.1300



**REBELIÃO NA NICARÁGUA.** Um grupo rebelde de 150 ex-militares sandinistas liderados pelo ex-major Victor Manuel Gallardo, a Frente Revolucionária dos Trabalhadores e Camponeses, ocupou a cidade de Esteli e bloqueou a rodovia Panamericana. Eles reivindicavam do governo o cumprimento das promessas de distribuição de terras e acesso à assistência médica e à educação para os soldados desmobilizados, levantavam exigências de crédito para os camponeses e perdão de dívidas do setor agrário. O exército de Umberto Ortega esmagou violentamente a revolta, que provocou 41 mortos. Depois dos combates, os rebeldes abandonaram a cidade. Foi o mais violento protesto já feito contra o governo de Violeta Chamorro, que vem aplicando um duro programa de austeridade. Chamorro depende do apoio sandinista na Assembleia. A degradação das condições de vida está levando a que setores da FSLN, apoiados por sindicatos, defendam o fim do apoio ao governo.

**DOCUMENTOS DOS 29.** Um grupo de 29 dirigentes intermediários da Frente Sandinista de Libertação Nacional lançou um documento propondo que a frente abandone a via do diálogo com o governo de Violeta Chamorro e passe a impulsionar novas formas de luta. Entre os 29, que reivindicam também uma direção para a FSLM, estão dois ex-comandantes da polícia sandinista (René Vivas e Doris Tijerino) e Lúcio Jiménez, dirigente da Frente Nacional dos Trabalhadores. Outra tendência existente na FSLM, intitulada "Grupo de Centro por um Projeto Nacional", discorda dos 29 e afirmou que "o diálogo jamais poderá ser abandonado como via de solução dos conflitos sociais".

**QUEM VAI GOVERNAR?** O primeiro-ministro japonês Kiichi Miyazawa renunciou dia 22 à presidência do PLD e à chefia do governo, depois da derrota eleitoral de seu partido. Pela primeira vez em 38 anos o PLD não tem maioria no Parlamento. Os partidos de oposição tentam formar um governo sem o PLD, enquanto este, profundamente abalado pelos escândalos de corrupção, tenta estabelecer um governo de coalizão com alguns dos partidos formados por dissidentes do PLD.

**OS EMPRESÁRIOS TAMBÉM SOFREM.** O suicídio de dois importantes empresários italianos envolvidos em acusações de corrupção pela Operação Mãos Limpas está sendo utilizado para pressionar no sentido do arrefecimento das investigações e da suavização do tratamento dado aos empresários. Gabrieli Cagliari, ex-presidente da ENI, a empresa estatal de petróleo italiana, matou-se na prisão no dia 20.07 e Raul Gardini, ex-presidente dos grupos Ferruzzi e Montedison, suicidou-se dia 22, horas antes de ser preso.

**IUGOSLÁVIA: 140 MIL MORTOS.** A ONU divulgou um relatório sobre a guerra na antiga Iugoslávia, avaliando que ela já provocou 140 mil mortos. Só na Bósnia, ela jogou mais de três milhões de pessoas na condição de refugiados. Enquanto isso, as potências européias são incapazes de unificar uma posição capaz de conter a agressão dos sérvios e as tropas da ONU na região limitam-se a assistir a continuidade dos massacres.

Um breve resumo da história, para quem não está a par. Em 11 de dezembro de 1989, o empresário Abílio Diniz foi seqüestrado. Uma semana depois, a polícia "estourou" o aparelho dos seqüestradores. As negociações finais, a libertação de Diniz, a prisão dos seqüestradores, tudo foi televisionado. Tudo não passaria de um *Aqui Agora* melhorado, não fossem certas "coincidências".

Primeira coincidência: o grupo de seqüestradores era o mesmo que havia promovido várias operações bem-sucedidas e extremamente profissionais, entre elas o seqüestro de Antonio Beltran Martinez, ex-vice presidente do Bradesco, e do publicitário Luiz Salles.

Segunda coincidência: o grupo de seqüestradores era integrado por um brasileiro, dois argentinos, dois canadenses e cinco chilenos, todos com passagem na militância de esquerda.

Terceira coincidência: o seqüestro de Abílio Diniz teve seu desfecho televisionado, no dia do segundo turno entre Collor e Lula. Saulo Ramos, braço direito de Sarney, e Luís Antonio Fleury, secretário de Segurança de São Paulo, várias vezes se dirigiram à imprensa para "deixar claro que o PT não tinha nada a ver com aquilo", "que as suspeitas de envolvimento do PT com o seqüestro eram infundadas" e outros malabarismos do gênero, que foram reforçados de maneira menos sutil pela polícia, que obrigou um dos seqüestradores a vestir uma camiseta da campanha de Lula, divulgou que a casa onde Abílio Diniz estivera encarcerado continha material de campanha do PT e, para dar um toque final à operação, colocou um adesivo Lula-lá no ônibus que levou os seqüestradores para a prisão.

**MANIPULAÇÃO.** Dias depois do seqüestro - e do segundo turno -, Lula mostrou, durante uma entrevista coletiva, um jornal de Rio Branco, cuja manchete atribuía o seqüestro ao PT. Perguntado se o seqüestro atrapalhou sua candidatura, Lula respondeu que "se o seqüestro não foi feito por motivos políticos, foi manipulado por motivos políticos para prejudicar a Frente Brasil Popular".

Mais de três anos depois, o mesmo raciocínio é feito por Wladimir Pomar, na época coordenador-geral da campanha Lula Presidente: "Era contra nós de qualquer jeito. As informações que chegavam ao comando da campanha eram que, desde o dia do seqüestro, a polícia já tinha informações sobre quem eram os seqüestradores". Noutras palavras, segundo Wladimir: o seqüestro foi monitorado pela polícia de uma maneira que sugere ter havido infiltração policial entre os seqüestradores.

Até o dia 23 de maio de 1993, este era o estado das coisas: militantes de esquerda, na ativa ou não, promoveram um seqüestro, que pode ter sido manipulado desde sua concepção e que, com certeza, o foi no seu desfecho, com o intuito de prejudicar a candidatura Lula.

**NICARÁGUA.** Pois bem: em 23 de maio passado, uma explosão destruiu uma oficina mecânica no bairro de Santa Rosa, em Maná-

# Com a pulga atrás da orelha

*Acompanhado diariamente pela Folha, o caso do "bunker de Manágua" ainda promete confusão.*



gua, Nicarágua. A explosão-apresentada como acidental - revelou que, sob a fachada de uma mecânica, escondia-se um depósito clandestino de armas, de propriedade das Forças Populares de Libertação, uma das tendências da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Se for verdadeira a versão oficial, segundo a qual a explosão foi "acidental", temos aí mais uma coincidência intrigante. Afinal, no dia 20 de maio, a polícia de El Salvador reprimiu uma manifestação de mutilados de guerra. O saldo da repressão, além de dois mortos, alguns feridos e vários presos, foi uma situação incômoda para o governo do presidente Alfredo Cristiani. Essa situação se inverteu em apenas três dias: com base na existência de um depósito clan-

destino de armas, o presidente Cristiani pediu à ONU que anulasse o certificado de grupo desarmado que havia sido concedido à FMLN. Com isso a frente perderia seu registro como partido político e ficaria impedida de disputar as eleições de 1994. Noutras palavras: a descoberta do depósito de armas veio na hora certa para o governo de El Salvador.

**E AS OUTRAS ARMAS?** Schafik Handal, coordenador da FMLN, lembra que o Acordo de Paz estipulava o recolhimento de todas as armas que, durante doze anos de guerra, o Exército entregou aos esquadrões da morte e à polícia. "Foi portando armas como essas que a polícia atacou a manifestação dos mutilados de guerra. São milhares de armas, perto das quais as encontradas

em Manágua não chegam a 5%. E as de Manágua não estavam ali atuando contra o processo de paz, enquanto as outras estão apontadas sobre nossas cabeças, aqui em El Salvador, onde têm ocorrido uma série de atentados contra membros da FMLN, assassinados em ações apresentadas como delinquência comum".

Fechemos aqui os parênteses sobre o acidente-coincidência e voltemos ao caso Abílio Diniz. Ocorre que, junto às armas, foram encontrados passaportes falsos, fotografias, dossiês sobre empresários "seqüestráveis" de diferentes países latino-americanos - entre eles Abílio Diniz - e documentos em nome de Christine Lamont e Davi Spencer, os dois canadenses do grupo que seqüestrou Abílio Diniz.

**VERSÃO TUMA.** Com base nessa descoberta, a *Folha de S. Paulo* publicou - no dia 18 de junho, quase um mês depois da explosão - a primeira de uma série de matérias onde apresenta uma tal de "Conexão Manágua". Segundo a *Folha*, o bunker de Manágua seria um depósito de documentos de uma organização internacional que realizava seqüestros em toda a América Latina. A tal organização envolveria grupos de esquerda de vários continentes, entre eles o ETA (basco), as FPL (El Salvador), o MIR (Chile) etc. Sua finalidade seria conseguir recursos para manter funcionando as organizações guerrilheiras (ou "terroristas") que teriam caído no desamparo com o desmanche do Leste Europeu. O bunker situava-se em Manágua porque o governo sandinista concedia facilidades àqueles grupos. E, depois da derrota eleitoral de 1990, concedera cidadania nicaragüense a centenas de "internacionalistas", entre os quais vários dos integrantes da tal organização.

Essa versão - que a *Folha* assumiu, mas cuja paternidade é de Romeu Tuma, vice-presidente da Interpol para a América Latina - parece servir a vários propósitos. Cria dificuldades para os sandinistas: editorial recente de *O Estado de S. Paulo* dispara seus petardos contra "algum estrato da hierarquia sandinista que ainda controle o aparelho de segurança da Nicarágua"; cria dificuldades para a FMLN: Alfredo Mendieta, ministro do Interior da Nicarágua, diz haver "muitas evidências de envolvimento de pelo menos um braço da FMLN nessas ações". E atenção incautos e ubaldos tupiniquins: pode criar dificuldades abaixo da linha do Equador. Afinal, desde 1989, a polícia vem rastreado os contatos que os seqüestradores mantiveram com militantes de esquerda e membros da hierarquia católica no Brasil. Sabe-se também que Romeu Tuma acredita que o "cérebro" de tudo, o basco Eusébio Arzalus Tapia, estaria escondido no Brasil - supostamente escondido por algum dos "pelo menos 20 seqüestradores de Diniz ainda soltos". Que, segundo a polícia, estão na ativa, sendo talvez os responsáveis por um recente seqüestro. Para completar: o FBI vê conexões entre o caso e o atentado a bomba no World Trade Center de Nova Iorque. Quer dizer: aí tem.

**VALTER POMAR**





## CHAME O LADRÃO

Segundo o noticiário, o massacre dos meninos na Candelária atende ao desejo dos comerciantes, donos de hotéis e restaurantes, que não conseguem trabalhar em paz. Jeitinho brasileiro de se combater a fome e a miséria. Enquanto isso, as mesmas instituições que encontram agulha em palheiro deixam escapar o "preso de luxo" Abidiel Rabelo, traficante de drogas e irmão do deputado cassado Jabes Rabelo. Isso sem falar em PC Farias e outros meliantes ilustres que continuam numa boa. O problema no Brasil, confirma-se, é com os que roubam pra comer.

CACO BISOL

## COTAS NOS SINDICATOS

A política de cotas de mulheres na direção, que vem sendo aplicada no PT a partir de 1991, chega agora ao movimento sindical. O IV Congresso Nacional dos Telefônicos deliberou sua aplicação para a FITTEL. A polêmica foi intensa, com setores ligados ao PDT ameaçando retirar-se do congresso se as cotas fossem aprovadas. A sensibilidade dos dirigentes homens no tratamento do tema foi marcante. As mulheres são 50% da categoria e eram 25% dos delegados. A iniciativa de colocar o tema em votação não foi de nenhuma corrente, mas das próprias mulheres. Elas completaram o trabalho aprovando uma resolução a favor da descriminalização do aborto.

JOSÉ CORRÊA

## NEM A MÃE...

Pela legislação brasileira, as pessoas não têm direito de deixar toda sua herança para quem quiserem: 50% têm que ser dividido igualmente entre os herdeiros legais. Com os outros 50%, faz-se o que quiser. Quando morreu dona Maria Maluf, pequenas notas nos jornais informavam sem alarde que os 50% com os quais ela podia fazer o que quisesse foram deixados para todos os filhos, menos um: o Paulo. Por que será, hem?

PEDRO LUÍS

## ALQUIMIA

A imprensa sindical paulista ganha mais um veículo de alta qualidade para juntar-se à *Rádio dos Bancários*, ao programa de TV *Olhar Brasileiro*, da TVT, à revista *Ligação* (do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC) e outras experiências bem-sucedidas. Trata-se de *Alquimia*, revista do Sindicato dos Químicos de São Paulo, que acaba de ser lançada, juntando no primeiro número sindicalismo,

Ney Latorraca, Paulo Betti, epidemia de crack na periferia de São Paulo, corrupção na Itália e muito mais.

MOUZAR BENEDITO

## NÃO É MAIS AQUELE

Pouco depois de tornar-se ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso avisou que deviam esquecer tudo aquilo que ele escreveu: como ministro, faria o contrário. Ele tem mostrado que não estava brincando. Agora até ataca quem tem as mesmas posições que ele tinha, chama de demagogo quem defende uma mera reposição salarial de acordo com a inflação passada. Já que é assim, ele deveria devolver todos os seus títulos, não? Como ele poderia continuar sendo "doutor", PhD e não sei mais o quê com base em textos que ele mesmo renega?

PEDRO LUÍS

## FIGURAÇÃO

Se o governador e a primeira-dama se separarem, quem sai do Palácio do Governo? Ela, é claro. O palácio é a residência oficial do governo. Não foi o que aconteceu em Alagoas. Geraldo Bulhões foi expulso do palácio por sua esposa, Denilma, que já é chamada de governadora há muito, e que tem, segundo as más línguas, o hábito de bater nele, que seria um mero primeiro-damo.

ONOFRE DE JESUS

## POR VIA DAS VIAS

Mas não é que de repente, não mais que de repente, o nosso ministro da Fazenda vem à TV dizer que a remarcação abusiva de preços é coisa criminosa? É mesmo, santa? Então por que não aplicar a lei? Afinal, não custava nada fechar uma ou duas redes de "Supers" e chamar o dono pra conversar.

LUSCAR

## LEMBRANÇAS

Os assassinos de Chico Mendes fugiram a pé ou de jegue, e a polícia federal não pegou. PC Farias fez a fuga mais anunciada da história, e a polícia federal - só ela - não percebeu que ele ia fugir. E até agora não pegou o cara. O traficante irmão de Jabes Rabelo fugiu depois de preso, em São Paulo, sendo levado ao dentista, numa operação que parece ter sido montada dentro da própria polícia, tais as facilidades criadas. Os empreiteiros do assassinato do governador do Acre sequer foram incomodados. No Rio, chefes de quadrilhas comandam assaltos e seqüestros de dentro da cadeia, por telefone celular. Collor continua solto...

Será que o crime não compensa, mesmo?

ONOFRE DE JESUS

## IBOPE DA FOME

Segundo André Luís Câmara, assessor de imprensa de Betinho, já foram criados cinco mil comitês de Ação Contra a Miséria e pela Cidadania em todo o país. Só no Banco do Brasil, o número é de dois mil, e até agosto serão 4.500.

HAMILTON CARDOSO

## RIOS

É aquela história de atravessar o rio com um ganso, uma raposa e um saco de milho. Se as águas poluídas dos rios Tietê e Pinheiros forem despejadas na represa Billings, a Grande São Paulo não poderá usar a água para beber. Se não forem despejadas, a concentração de poluentes no Rio Tietê ameaça a saúde das populações ribeirinhas situadas antes da represa e pode parar indústrias em Cubatão. O que torna esta história diferente é o fato de que a Constituição de 1989 dava prazo de três anos aos governos estadual e municipais para impedir o lançamento de esgoto na represa. Moral da história: como é que esse bando de cagalhões vai poder atravessar a Billings?

CACO BISOL

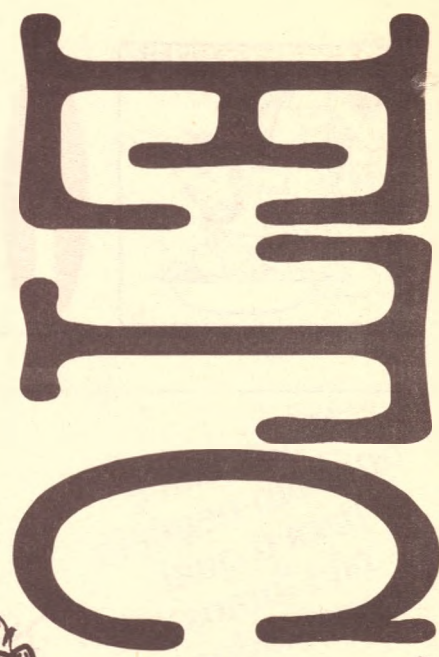
## CARAPUÇA

A ala xiíta do PT resolveu adotar o apelido que ganhou de seus inimigos. No melhor estilo *Jurassic Park*, o novo diretório petista está convocando a turma para uma festa de dinossauros, que acontece dia 7 de agosto (Clube Adamus - rua Estado de Israel, 638) a partir das 21 horas.

VALTER POMAR

## O IMORTAL

Curioso e com a sensação de desinformado (não conheço nenhuma obra do mais novo membro da Academia Brasileira de Letras), entrei numa livraria e pedi: quero todas as obras de Roberto Marinho. Incompleta, a livraria - vejam só que vagabunda! - não tinha nada dele. Como? Um escritor de tal calibre?! O vendedor, além de tudo, meteu-se a gozador: "Olha, aqui não temos livro do Roberto Marinho, não temos manga de coleto, não temos atestado de



bons antecedentes de Paulo Maluf e nem qualquer obra de Paulo Francis na língua que ele julga ser a sua, o inglês". Para completar, ainda sapecou: "Obra assinada pelo Roberto Marinho, talvez você encontre algum cheque por aí".

MOUZAR BENEDITO

## LEVOU A SÉRIO

É preciso alguém avisar o Austregésilo de Athayde que isso de imortal é no sentido figurado. Os membros da Academia Brasileira de Letras, inclusive seu presidente (ou será imperador?), podem morrer, sim senhor. Não é preciso ficar duzentos anos babando e falando coisas gagás aí não, tá?

ONOFRE DE JESUS

## RURALS

O Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) da CUT realizará plenária dias 19 e 22 de agosto, em Praia Grande - SP, com a participação de mais de cem dirigentes, para deliberar sobre o Plano de Lutas para 1994/95 e as questões relativas à Estrutura Sindical.

MILTON POMAR

## OUTRA DO MALUF

Maluf armou um circo para dizer que Erundina dava muita grana aos empresários de ônibus: pagava 46 centavos de dólar por passageiro. Ele só pagaria 30 centavos. Depois disso, aumentou as tarifas muito acima da inflação, vai pagar agora o mesmo que Erundina e diz que o custo real da passagem é 54 centavos de dólar. Isso só não passou em branco na imprensa porque o empresário Ricardo Semler informou em sua coluna "Fax-Semler", da *Folha de S. Paulo* de 25 de julho. Quem não lê a coluna do Semler, não sabe o que está perdendo.

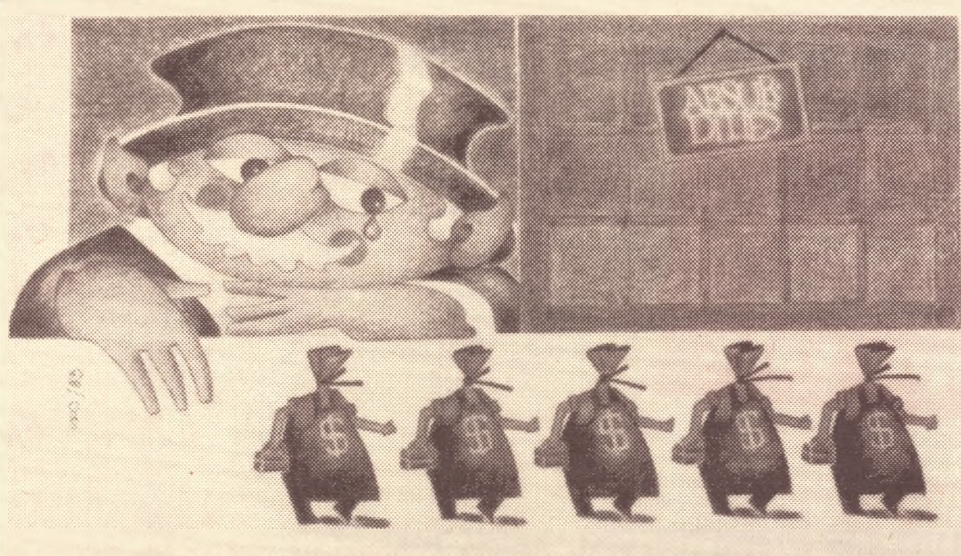
BEATRIZ BARBOSA

## SEGUNDA VIA

A *Veja* de 28/07 (nº 1298) aposta fundo na terceira via e relata, em tom ameno e na primeira pessoa, a semana de Fernando Henrique. Um exemplo a seguir. Aliás, dois. O estilo *house organ* continua na matéria seguinte. Tratando do Esquema Pau Brasil, reserva metade do espaço para descer o cacete no Lula, PT e CUT, e profetiza: "Correm o risco (Maluf e PT) de se autodestruir e depois se unir para destruir um eventual candidato da terceira via".

União bem provável essa, mas só não consigo imaginar quem seria esse tal "eventual candidato da terceira via". Quem será?

JOÃO OTÁVIO







# O BARATO DO BARÃO

Num governo sem razão, todos gritam e ninguém tem pão

Diretor: Aparício Torelly

Negociata é um bom negócio para o qual não fomos convidados.

Um mamão não lava o outro

Este mundo é redondo, mas está ficando muito chato.

Só o rio não volta atrás, mas morre afogado no mar.

Os bancos das praças estão sempre ocupados por desocupados.

Em pé de pobre é que o sapato aperta.

Tempo é dinheiro. Paguemos, portanto, as nossas dívidas com o tempo.

Nada é uma faca sem cabo que lhe falta a lâmina.

É do pão que os outros comem que vive o padeiro.

Aquele senhor metia as contas na geladeira para congelar os preços.

Abacate com açúcar é a fruta mais doce do Brasil

O fígado faz muito mal à bebida

O casamento é uma tragédia em dois atos: um civil e um religioso.

O homem que se vende sempre recebe mais do que vale.

O limão nada mais é do que uma laranja com azia.



Fujimorização? O clima em Brasília indica que... Há alguma coisa no ar além dos aviões de carreira, diriam os comentaristas políticos. E assim repetiriam mais uma frase célebre do Barão de Itararé, ou seja, Aparício Torelly, um gaúcho filho de uruguaios, nascido numa diligência que vinha para o Brasil, segundo sua biografia oficial, ou vindo ao mundo na cidade de Rio Grande (RS) segundo os próprios rio-grandenses.

Humorista, comunista, ele se autodenominou Barão de Itararé em "homenagem" à batalha que não houve: durante

a revolução de 1930, quando os gaúchos vinham para o Rio de Janeiro, foi noticiado que as forças legalistas (contrárias à revolução) barraram os gaúchos numa batalha memorável na cidade de Itararé, sul do estado de São Paulo. Tudo mentira.

Preso muitas vezes e maltratado pela polícia durante a ditadura getulista, ele pôs em sua porta um aviso: "Entre sem bater". Depois da queda de Getúlio, foi eleito vereador do Rio de Janeiro pelo PCB, tendo como um de seus slogans de campanha uma típica frase sua: "Mais água e mais leite, mas menos água no leite". Com a cassação do PCB, perdeu o mandato mas não o humor, fez um último discurso dizendo que "deixo a vida pública para entrar na privada".

Muitas das suas frases são usadas até hoje. Por exemplo: foi ele quem disse que "quando pobre come frango, um dos dois está doente" (isso numa época que frango era comida domingueira da classe média). Essas "máximas e mínimas", como ele chamava suas frases, eram publicadas no jornal "A manha" (uma sátira ao "A manhã") e em seus "Almanhaques".

Nesta página, algumas frases pinçadas dos "Almanhaques" do Barão para 1949 e 1955, reeditados pela Studioma, de São Paulo.

MOUZAR BENEDITO

O erro do governo não é a falta de persistência, mas a persistência na falta

A natureza, que, com a idade, nos põe tanta prata nos cabelos, bem podia ter a gentileza de nos meter algumas no bolso.



Shaw and Itararé

QUEM NÃO MUDA DE CAMINHO É TREM.

A França teve um Mirabeau. Mas é no Brasil que se passam as coisas verdadeiramente mirabolantes

Mais vale um galo na mão do que dois na testa

Mais valem dois marimbondos voando que um na mão

A balança era, antigamente, o símbolo da Justiça. Hoje é a desgraça da freguesia dos armazéns de secos e molhados.

Ao mau orador, até a língua atrapalha.

EM TODAS AS FAMÍLIAS HÁ SEMPRE UM IMBECIL. A SITUAÇÃO DO FILHO ÚNICO.

A estrela de Belém foi o primeiro anúncio luminoso.

A CRIANÇA ARTEIRA ENCHE DE ALEGRIA UMA CASA; ENCHE TAMBÉM OS PAIS DE PREOCUPAÇÃO; ENCHE DE SATISFAÇÃO OS AMIGUINHOS; ENFIM A CRIANÇA ENCHE, ENCHE...

A calvície é a arte de tirar fotografia de chapéu.